

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

LEONARDO BARBOSA DE OLIVEIRA

RESISTIR À DESTRUIÇÃO:

A narrativa da sobrevivência na obra de Primo Levi

CAMPINAS

2022

LEONARDO BARBOSA DE OLIVEIRA

RESISTIR À DESTRUIÇÃO:

A narrativa da sobrevivência na obra de Primo Levi

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Estudos Literários.

Orientador: Profº Dr. Mário Luiz Frungillo.

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Tiago Pereira Nocera - CRB 8/10468

Ol42r Oliveira, Leonardo Barbosa de, 1996-
Resistir à destruição : a narrativa da sobrevivência na obra de Primo Levi /
Leonardo Barbosa de Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Mário Luiz Frungillo.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Levi, Primo, 1919-1987 - Crítica e interpretação. 2. Testemunho (Memória). I.
Frungillo, Mário Luiz, 1960-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:

Levi, Primo, 1919-1987 - Criticism and interpretation
Testimony (Memory)

Área de concentração: Teoria Literária

Titulação: Bacharel

Banca examinadora:

Bruno Mendes dos Santos

Carolina Sieja Bertin

Data de entrega do trabalho definitivo: 04-07-2022

À memória de Primo Levi, cuja voz,
nesses últimos anos, se fez tão presente.
Espero que seu grito não tenha sido em
vão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Profº Dr. Mario Luiz Frungillo pelas diversas aulas durante meu período na Unicamp, nas quais um tema qualquer se desenvolvia – de maneira bastante acessível – em discussões que construíam, aos poucos, um repertório valioso. Agradeço, também, por acolher e orientar este projeto de pesquisa.

Agradeço aos meus amigos. Aos que trago de tantos caminhos: obrigado por permanecerem com a amizade e o apoio de sempre. Àqueles que a faculdade e, nesses últimos anos de modo especial, o trabalho me trouxeram: obrigado por se envolverem comigo nesta pesquisa, por me ouvirem falar tantas vezes sobre Primo Levi e por entenderem minhas angústias.

Agradeço aos meus pais por todo o esforço que fizeram e ainda fazem, tantos anos depois; pelo incentivo em relação aos estudos, mesmo que às vezes não entendessem o porquê de tantos livros; por me apoiarem na escolha da primeira licenciatura e compreenderem que, passados os quatro anos, eu ainda permaneceria na Unicamp por mais um tempo.

Por fim, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela presença em cada momento e rogo que os homens aprendam verdadeiramente a ser Sua imagem e semelhança.

[...]

*Pero cuando una palabra escrita
en el margen en la página en la pared
sirve para aliviar el dolor de un torturado,
la literatura tiene sentido.*

Cristina Peri Rossi

*Il mio personale modo di convivere con la
memoria è stato questo: di esorcizzarla,
se si vuole, scrivendo. È stato un istinto.
Appena ritornato a casa [...] ho provato un
bisogno intenso di raccontare e di
scrivere, che è stato salutare, perché mi
ha tolto dall'incubo. Perché era un incubo.*

Primo Levi

RESUMO

O testemunho dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas cumpre um papel de fundamental importância ao revelar a violação do homem em um sistema concebido no seio da sociedade europeia do século XX. Entre os textos mais significativos dessa literatura testemunhal estão os escritos de Primo Levi, que narra e interpreta a experiência concentracionária e suas consequências para humanidade, dando origem a uma poderosa reflexão sobre o tema. A partir da obra de Levi e de textos que com ela dialogam ou sobre ela teorizam, este trabalho apresenta um percurso que vai desde a descaracterização do sujeito, promovida pelo regime totalitário nos campos de extermínio e tão fundamental para seu funcionamento, até os mais diversos mecanismos de resistência à destruição encontrados por diferentes indivíduos. Para os que, de um modo ou de outro, sobreviviam aos campos de concentração, uma questão era imposta: como lidar com o fato de ter sobrevivido enquanto tantos de seus semelhantes padeceram com uma morte tão cruel? A tensão entre a ideia de ser completamente vítima e a de ser minimamente culpado marca a existência dos sobreviventes. A narrativa e a culpa são dois dos caminhos possíveis, e o modo como Primo Levi os percorreu será aqui apresentado, permitindo que se chegue à conclusão de que, enquanto escrevia, Levi sobrevivia. No entanto, em algum momento, será possível notar que a ideia da culpa passa a dominar inclusive a escrita. Paradoxalmente, é a sua vulnerabilidade à sensação de culpa que o faz exemplo de resistência à destruição: preocupando-se com questões humanas, continua homem mesmo depois de Auschwitz.

Palavras-chave: Primo Levi; literatura; testemunho.

ABSTRACT

The testimonial of Nazi concentration camp survivors plays a fundamental role by revealing the violation of the man in a system conceived within the 20th century European society. Among the most meaningful pieces of testimonial literature are the texts of Primo Levi, who narrates and interprets the concentrational experience and its consequences to humanity, originating a powerful reflection on the theme. From Levi's work and from texts that have connections with it, this paper presents a path from erasing one's identity, carried out by the totalitarian regime in the extermination camps and fundamental to its functioning, to the several coping strategies against the destruction used by different subjects. To the ones who would somehow survive the concentration camps, there was a question: how to deal with the fact of having survived while so many of your kind suffered with such a cruel death? The tension between being completely a victim and being slightly guilty marks the survivors' existence. The narrative and the guilt are two of the possible paths, and the way Primo Levi follows them will be presented, allowing the conclusion that, while writing, Primo Levi was surviving. Nevertheless, it will be possible to notice that the idea of guilt takes over even his writing, eventually. Paradoxically, it is his vulnerability to the feeling of guilt that turns him into an example of resistance to the destruction: by concerning himself with human issues, he remains human even after Auschwitz.

Key-words: Primo Levi; testimonial literature.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. PONTOS DE PARTIDA.....	12
2.1 A testemunha Primo Levi.....	12
2.2 O testemunho na literatura.....	14
2.3 Holocausto ou <i>Shoah</i>	18
3. DESCARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO.....	20
3.1 O cotidiano do <i>Lager</i>	21
3.2 O <i>Sonderkommando</i>	26
3.3 O tratamento dos corpos.....	27
3.4 A aniquilação para a sociedade.....	29
4. A CONSTRUÇÃO DE MECANISMOS DE SOBREVIVÊNCIA.....	35
4.1 Primeiros contatos.....	36
4.2 Preocupações imediatas.....	39
4.3 Sujeitos ou objetos?.....	42
4.4 Um motivo para sobreviver.....	43
5. A EXCEÇÃO QUE É SOBREVIVER AO CAMPO.....	49
5.1 A necessidade de narrar.....	49
5.2 A culpa de sobreviver.....	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

1. INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por radicais mudanças na forma de conceber o mundo e nele se posicionar. O avanço tecnológico e científico e o entusiasmo por novas possibilidades de organização social, frutos das décadas anteriores, não impediram o início de novas guerras, que, na contramão da tão apregoada evolução, valeram-se dos recursos técnicos para matar em proporções ainda não vistas, nem o surgimento de ideologias, as quais, personificadas em líderes totalitários, prometiam a glória das mais diferentes nações a custos que, anos depois, mostraram-se altos demais. A Primeira Guerra Mundial causou grandes alterações na geopolítica do velho continente, que viu nascer, décadas depois, o regime fascista e sua versão mais perversa: o nacional socialismo alemão. Para sustentar seu discurso de superioridade, o nazismo elegeu os culpados pelos problemas da Alemanha e foi capaz de executar um extermínio em massa sob os olhos vendados de uma Europa que custou a acreditar na realidade dos campos de extermínio.

O alvo preferencial do ódio nazista era o povo judeu e, dos pouquíssimos sobreviventes da catástrofe operada pelo Terceiro Reich, Primo Levi é certamente uma das vozes mais contundentes que se levantou para narrar os horrores vividos. Com um testemunho potente e sufocante, ao mesmo tempo que direto e transparente, Levi foi capaz de colocar em suas linhas – poéticas, biográficas ou ficcionais – a experiência de quem viveu dias em que um homem não era mais um homem aos olhos de outro (LEVI, 1988, p. 253).

A obra de Primo Levi, iniciada já nos anos seguintes à sua liberação do campo de concentração de Auschwitz, consolida-se, ao longo da segunda metade do século XX, como material essencial para tomar conhecimento do que regimes totalitários são capazes de realizar. Este trabalho, ao lidar com o tema da destruição do sujeito e as marcas que os sobreviventes dos campos de extermínio carregam, justifica-se por discutir um assunto que, antes de esgotado, pelo contrário, mostra-se fundamental ao debate sobre os limites da ação humana quando pautada em ideologias excludentes e tirânicas.

Para desenvolver esta pesquisa, além da análise das principais obras publicadas pelo autor objeto do estudo, de textos diversos e de entrevistas por ele concedidas, buscaram-se pontos de contato nos relatos de outros sobreviventes, em autores que versaram sobre o assunto e em uma bibliografia historiográfica do

período. Isso permitiu compreender como se deu o processo de aniquilação dos indivíduos, o desenvolvimento de mecanismos de sobrevivência e, no caso dos poucos que conseguiram resistir à destruição impetrada – em específico Primo Levi –, as consequências da experiência concentracionária em sua trajetória.

No intuito de melhor compreender o campo de estudo em que as obras de Primo Levi são comumente enquadradas, a chamada literatura testemunhal, foram retomados alguns textos teóricos de Márcio Seligmann-Silva (2003; 2009) e Giorgio Agamben (2008). Além disso, as análises de Tzvetan Todorov (2002; 2017) contribuíram para entender como os regimes políticos e culturais extremistas afetam os indivíduos, colocando-os diante de situações sem precedentes e nas quais as questões morais, éticas e, em certa medida, humanas são postas em xeque e que, mais tarde, mobilizam os relatos. Nesse sentido, as observações de Hannah Arendt (1999) e Theodor Adorno (1995) também foram importantes. Já as obras de Bruno Bettelheim (1989) e Lucíola Freitas de Macêdo (2014) investigam, entre outros temas, os efeitos psicológicos da experiência concentracionária, o que as torna bastante oportunas para o estudo dos textos de Primo Levi e de outros sujeitos que testemunharam os horrores vividos, tais como Robert Antelme e Elie Wiesel, cujas obras são mencionadas em alguns pontos deste trabalho. Por fim, as pesquisas dos historiadores Saul Friedländer (2012) e Raul Hilberg (2016) ajudaram a localizar a experiência particular analisada no contexto histórico da época.

Tais materiais, bem como outros que se mostraram relevantes e são apresentados no decorrer do trabalho, foram mobilizados com a intenção de atender ao objetivo geral desta monografia, a saber, a análise de parte da obra de Primo Levi, atentando-se à forma como ele trata da questão de sua sobrevivência após a experiência concentracionária em Auschwitz. Para isso, de modo mais específico, pretende-se traçar um caminho que considere os seguintes objetivos: (1) entender, a partir do contexto em que viveu, quem foi Primo Levi e como se deu sua deportação para os campos de concentração; (2) caracterizar como, na experiência concentracionária nazista, os indivíduos deixavam de ser percebidos por si mesmos e pela sociedade ao seu redor como seres humanos; (3) investigar como era possível resistir à descaracterização promovida pelo regime nazista; e, por fim, (4) explorar as consequências da noção de ter sobrevivido enquanto tantos morreram, especificamente na obra de Primo Levi.

No primeiro capítulo é apresentada a biografia e a trajetória literária de Primo Levi, bem como as bases que servem para a análise de sua obra a partir da perspectiva da literatura testemunhal e algumas escolhas teóricas que pautam este trabalho. O segundo capítulo, por sua vez, é ocupado pela descrição do processo de descaracterização do sujeito, ou seja, de como, no cotidiano dos campos de concentração, os prisioneiros eram expostos às mais degradantes condições para que sua eliminação fosse assimilada com menos espanto pela sociedade, por seus carrascos e por eles mesmos. Nesse capítulo são exploradas ainda algumas estratégias do regime para fazer com que a culpa pela barbárie recaísse sobre os próprios indivíduos e para eliminar qualquer traço de memória do que ali acontecia.

Tais informações são fundamentais para que, no terceiro capítulo, se investigue como se construíram e quais foram os mecanismos de defesa que esses sujeitos, aos poucos e das mais diversas formas, foram desenvolvendo para resistir à aniquilação promovida pelo regime nazista. Por fim, aqueles que sobreviveram aos campos de concentração e extermínio se depararam com uma realidade de exceção, que é explorada no quarto capítulo, o qual se debruça especialmente sobre a necessidade de narrar dos sobreviventes e o seu sentimento de culpa por estarem vivos. Seguem-se, no capítulo que conclui este trabalho, as considerações finais sobre os temas da destruição do sujeito e da sobrevivência na obra de Primo Levi.

2. PONTOS DE PARTIDA

2.1 A testemunha Primo Levi

Judeu italiano de Turim, Primo Levi nasceu em 1919, viveu sua juventude no período de ascensão do nazismo na Europa e teve sua vida marcada pela prisão nos campos de concentração. Levi se entendia mais sob a pertença étnica do que religiosa em relação ao povo escolhido do Gênesis, pois era um não crente – “e ainda menos crente após o período de Auschwitz” (LEVI, 2016b, p. 65) –, o que, no entanto, não foi um impeditivo para que as leis raciais que surgiram no final da década de 1930 afetassem, de alguma forma, sua vida.

Em 1938, Levi já era estudante de química na Universidade de Turim, o que o possibilitou prosseguir com os estudos num contexto em que havia sido proibido o ingresso de judeus nas escolas públicas. Entretanto, em 1941, quando encerrou com louvores sua formação, seu diploma não foi entregue sem a importante ressalva “de raça judia”.

Levi conseguiu um emprego em Milão, em 1942, mesmo ano em que, em Stalingrado, os russos impuseram uma dura derrota às forças do eixo. No ano seguinte, o fascismo foi derrotado na Itália, mas, apesar do anúncio de um armistício, forças alemãs invadiram o centro e o norte italianos. Naquele momento, Primo Levi se juntou a um grupo *partigiano*¹ que atuava em uma região de fronteira entre Itália e França e cujos membros seriam presos pela milícia fascista em dezembro de 1943.

Depois de capturado, Levi preferiu declarar-se como “cidadão italiano de raça judia” (1988, p. 12), o que justificaria sua presença em local tão retirado, imaginando que, se admitisse sua atividade política, não estaria livre da tortura e da morte – o que pode ser indício de como não se tinha a dimensão daquilo que acontecia nos campos de concentração nazistas. Ele foi enviado, num primeiro momento, para o campo de Fóssoli, ainda na Itália, onde se viu junto de centenas de outros judeus, mas, algumas semanas depois, no final de fevereiro de 1944, foram todos levados para Auschwitz.

A experiência concentracionária será ainda motivo de maiores desenvolvimentos ao longo deste trabalho, mas neste momento é importante frisar

¹ Grupo civil de resistência ao fascismo e à ocupação alemã na Itália, que aconteceu em 1943.

que, um ano depois, no final de janeiro de 1945, quando finalmente saiu de Auschwitz, Levi era um sujeito radicalmente transformado. É essa transformação a responsável pelas reflexões de grande parte de seus trabalhos escritos, os quais surgiram já no ano seguinte² e se cristalizaram com a publicação de seu primeiro livro, *Se questo è un uomo* – em português: *É isto um homem?* –, em 1947, texto que, se de início não despertou grande interesse na crítica, alguns anos depois, mesmo com o vasto material que o seguiu, passou a ser sempre tido como a obra prima do autor. Sobre esse primeiro livro, o compêndio de literatura italiana organizado por Giorgio Squarotti diz ser um

[...] excelente testemunho moral sobre os campos de extermínio, [que] juntou-se de imediato ao reduzido grupo de obras que, no pós-guerra, além do sentido de diário e memorial de atrozes experiências, representam também a superação da ótica documentalista, atingindo uma coerência literária singular e uma carga ética muito mais vasta e geral. (SQUAROTTI, 1989, p. 543)

Em paralelo a algumas funções que desempenhou na indústria química depois de voltar de Auschwitz, a carreira de escritor de Levi foi se desenvolvendo. Sua obra transita por gêneros literários e temas diversos, mas quase nunca se distancia totalmente da experiência traumática vivida. Na década de 1960, publicou *La tregua* – *A trégua* –, em que narra seu retorno longo e turbulento para casa, numa espécie de continuação dos relatos do primeiro livro. Na mesma década, lançou alguns contos sob pseudônimo, talvez na tentativa de se distanciar da figura do “escritor de Auschwitz”, mas poucos anos depois outras coletâneas de contos foram publicadas já com seu nome na capa.

Seguiram-se novelas, diversos ensaios, poesias e mesmo um romance “totalmente ficcional”, *Se non ora, quando?* – *Se não agora, quando?* –, cujos personagens, no entanto, são judeus que, lutando na resistência ao nazismo em território russo, tentam voltar para a Itália, atravessando Alemanha e Polônia, caminho muito semelhante ao narrado no segundo livro. Há, ainda, outra grande obra, *I sommersi e i salvati* – *Os afogados e os sobreviventes* –, publicada no ano

² Em *Assim foi Auschwitz*, coletânea de textos de Primo Levi e Leonardo de Benedetti, outro sobrevivente do mesmo grupo, há dois relatórios e um depoimento, datados de 1945 e 1946, que apresentam várias das questões que serão trabalhadas em obras posteriores (LEVI, 2015, p. 11-48). Como são textos do imediato pós-guerra, algumas informações são ainda desconhecidas ou serão corrigidas em textos futuros, mas já dão um panorama do que Levi trouxe consigo daquela experiência.

anterior à morte de Levi e que comumente é considerada o fechamento da trilogia que trata especificamente de Auschwitz, junto de *É isto um homem?* e *A trégua*.

Levi morreu na mesma Turim onde nasceu, em 1987, meses antes de completar 68 anos, após um acidente na escada de sua residência, que foi entendido pela polícia local como um suicídio. Deixou, porém, uma obra tão fundamental para a humanidade que, em certa medida, torna-se presente mesmo quase quarenta anos depois – e há exatos 75 anos de sua estreia literária. Tzvetan Todorov, que, entre outras ocupações, foi também crítico literário, no início do século XXI aponta que “Primo Levi é tão admirado hoje que está prestes a transformar-se ele mesmo em ícone – efeito que ele certamente não apreciaria” (TODOROV, 2002, p. 211). Parte dessa admiração deve-se ao fato de que

[a] lição que Levi extrai de sua meditação é desesperadora, e no entanto quem o lê sai reforçado dessa leitura. Por qual milagre? A luz jorra da própria maneira como Levi conduz sua meditação: sem brados nem proclamações tonitruantes, escolhendo escrupulosamente suas palavras para manter-se ao mesmo tempo claro e preciso. (TODOROV, 2002, p. 220)

A obra de Primo Levi pode ser lida inúmeras vezes e, em cada uma delas, pode revelar faces diversas por nunca esgotar suas possibilidades de transmitir algo. É essa mesma uma das características que, para Ítalo Calvino (1993, p. 11), faz de um livro um “clássico”. Nesse sentido, este trabalho se debruça sobre a análise do tema da sobrevivência à experiência concentracionária na obra de Levi, tendo como alguns dos pressupostos o não esgotamento da análise e a multiplicidade de relações que podem ser estabelecidas entre os fatos históricos e as interpretações tanto de Levi quanto de outros sobreviventes.

2.2 O testemunho na literatura

Antes de iniciar a discussão sobre o tema da sobrevivência no testemunho de Primo Levi, é importante contextualizar e, na medida do possível, conceituar a própria ideia de testemunho no âmbito da literatura. Para Márcio Seligmann-Silva (2003, p. 8), é necessário compreender a ideia de testemunho em sua acepção jurídica e histórica, não só do indivíduo que oferece informações de determinado acontecimento, mas também do próprio sobrevivente que atravessa um evento-limite.

Literatura de testemunho é um conceito que, nos últimos anos, tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre a literatura e a “realidade”. O conceito de testemunho desloca o “real” para uma área de sombra.

Testemunha-se, via de regra, algo excepcional e que exige um relato. Esse relato não é só jornalístico, reportagem, mas é marcado pelo elemento singular do “real”. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 47)

É importante ressaltar que a realidade – aqui próxima da ideia de verossimilhança – a que a literatura de testemunho se refere é, não só um relato dos fatos que se passaram com uma vítima em específico, mas, muito além disso, é a forma pela qual os indivíduos conseguiram assimilar o evento traumático, em que se inclui, até mesmo, aquilo que não foi assimilado e, eventualmente, silenciado em lacunas no testemunho. Isso tem como consequência o despertar de uma modalidade de recepção que “mobiliza a empatia na mesma medida em que desarma a incredulidade” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 379) e faz com que haja uma tendência de que o leitor, ao dar voz à testemunha, responda à necessidade do sujeito de testemunhar enquanto busca organizar e representar, pela linguagem, a experiência traumática.

Com isso, há de se levantar uma questão: a literatura de testemunho pode, então, ser ficcional? Sim. O mesmo Márcio Seligmann-Silva apresenta exemplos de textos inteiramente ficcionais que, construídos a partir de estudos que entrelaçam acontecimentos históricos à encenação do trabalho de construção de memórias, resultam em materiais de enorme força. Tal força, ironicamente, talvez tenha relação com o fato de a obra ser fictícia, já que os “autênticos sobreviventes justamente são incapazes de narrar com tanta precisão os detalhes do ‘olhar da Medusa’” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 382). A resposta à questão leva, uma vez mais, ao papel exercido pelo sujeito que passou pela experiência traumática. Todorov conceitua a testemunha como

[...] indivíduo que convoca suas lembranças para dar uma forma, portanto um sentido, à sua vida, e construir assim uma identidade. Cada pessoa é testemunha de sua própria existência, cuja imagem ela constrói *omitindo* certos acontecimentos, *retendo* outros, *deformando* ou *acomodando* outros ainda. (TODOROV, 2002, p. 151, grifo nosso)

Desse modo, pode-se argumentar que o testemunho seria mais verossímil à medida que, suprimindo um ou outro evento historicamente dado, recontasse uma experiência a partir de lembranças individuais, repletas de lacunas e mesmo com imprecisões, enquanto buscasse se consolidar como compreensão do que foi vivido. Essa composição dá às lembranças daquele que testemunha certo caráter de “irrefutáveis, pois valem por sua própria existência, e não pela realidade à

qual remetem” (TODOROV, 2002, p. 151). Robert Antelme, membro da resistência francesa e preso político do campo de Dachau, na Alemanha, ao recontar sua experiência diz que

[...] todas as histórias contadas são verdadeiras. Mas é preciso muita habilidade para transmitir uma parcela da verdade e, nessas histórias, falta esta habilidade para vencer a necessária incredulidade. Aqui, deveriam acreditar em tudo, mas a verdade pode ser mais cansativa de se ouvir do que uma invenção. Uma ponta de verdade bastaria, um exemplo, uma noção. Mas cada um aqui só tem um exemplo a propor e há milhares de homens. (ANTELME, 2013, p. 331)

Vê-se a ideia de que o olhar ficcional, por estar afastado da experiência em si, teria a possibilidade de compor uma linha narrativa talvez mais atraente, ainda que “baseada em fatos reais”, o que garantiria sua credibilidade, mas jamais seria o verdadeiro testemunho de quem lá esteve. Para Todorov, há, nessa disputa entre ficção e memória, o elemento da História como ciência que pode, em um primeiro momento, levar à seguinte situação:

[os] historiadores veem os depoimentos com algumas reservas: que eles sejam populares, ainda passa, mas enquanto não tiverem sido submetidos ao exame propriamente histórico (que muitas vezes se revela impossível), não têm grande valor de verdade. As testemunhas, por sua vez, desconfiam dos historiadores: eles não estavam lá, não sofreram na própria carne. (TODOROV, 2002, p. 152)

O próprio Todorov aponta uma solução para esse conflito: mesmo sendo diferente a forma como neles se encara a preocupação com a “verdade”, os discursos de historiador e testemunha podem se complementar. O testemunho permite entender, apesar de suas lacunas, algumas realidades específicas às quais estiveram expostos os sujeitos enquanto o discurso histórico possibilita a compreensão geral dos fatos e de seus desdobramentos – mas também nunca completa, porque raramente tem acesso ao conjunto absoluto dos acontecimentos. Para Lucíola Macêdo, que estudou a obra de Primo Levi,

[uma] narrativa convencional, descritiva, casual, e explicativa, dificilmente conseguiria perfurar a barreira da cognição e do crível, daí o valor dos testemunhos literários e artísticos, nos quais é possível, de alguma maneira, operar elementos extra retóricos e, dessa forma, tentar transmitir a opacidade, o abismo, a fratura, as lacunas entre ver, viver, rememorar, narrar, explicar, compreender e acreditar. (MACÊDO, 2014, p. 294)

Na mesma linha segue Seligmann-Silva (2009, p. 76) ao afirmar que tanto o âmbito da historiografia quanto o da memória devem ser considerados juntos

quando se pensa o testemunho da *Shoah*³, para que se evite a transformação da questão em um tabu ao mesmo tempo em que se estabelecem referências dentro do acontecimento histórico.

Assim, ao entrar em contato com aquilo que sobreviventes como Primo Levi testemunharam, não é possível questionar-se sobre a realidade do que está escrito. É irrefutável que na história do século XX tenham existido campos de concentração. É inegável que muitos foram os sujeitos que colaboraram com essa realidade. É, ainda, indiscutível que não havia qualquer motivo justificável para que aquilo acontecesse. Esses fatos são históricos e encontram eco nas linhas de Levi. Quantos foram os deportados, quantos foram os mortos, quantos dias duraram as viagens, quais os locais exatos em que se deram determinados acontecimentos podem ser questionamentos respondidos de uma forma por Levi, de outra por outros sobreviventes e ainda de um terceiro modo pelos historiadores. Isso, no entanto, de maneira alguma desmobiliza a veracidade do testemunho.

Evidentemente, na medida em que tratamos da literatura de testemunho escrita a partir de Auschwitz, a questão do trauma assume uma dimensão e uma intensidade inauditas. Ao pensar nessa literatura, redimensionamos a relação entre linguagem e o real: não podemos mais aceitar o vale-tudo dito pós-moderno que acreditou ter resolvido essa complexa questão ao afirmar simplesmente que “tudo é literatura/ficção”. Ao pensarmos em Auschwitz, fica claro que mais do que nunca a questão não está na existência ou não da “realidade”, mas na nossa capacidade de percebê-la e de simbolizá-la. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 49-50)

No esforço de organizar sua experiência, Primo Levi é, para Giorgio Agamben (2008, p. 26), o “tipo perfeito de testemunha”, que, no retorno para casa, conta a todos aquilo que viveu. O próprio Levi, falando sobre indivíduos que, como ele, vivenciaram a realidade dos campos nazistas, diz que não é possível esperar deles “um depoimento no sentido jurídico do termo, e sim algo que fica entre o lamento, a blasfêmia, a expiação e o esforço de justificativa, de recuperação de si mesmos. Deve-se esperar antes um desafogo libertador” (LEVI, 2016b, p. 41). Esse desafogo vem, de alguma forma, tentar dar conta de uma lacuna ainda maior do que aquelas relacionadas aos fatos e à realidade expostas até aqui: para Levi, ninguém pode ser testemunha autêntica daquilo que foram os campos de concentração uma vez que se narra sempre, ainda que de muito perto, em nome de terceiros, pois

³ Adiante há uma explicação detalhada do termo, de sua origem e da opção por usá-lo neste trabalho.

aquilo que caracterizou essencialmente a experiência nazista no *Lager*⁴, ou seja, a aniquilação total do homem, ninguém voltou para contar.

Não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. Esta é uma noção incômoda, da qual tomei consciência pouco a pouco, lendo as memórias dos outros e relendo as minhas muitos anos depois. Nós, sobreviventes [...] não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo [...]. Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram. (LEVI, 2016b, p. 66-67)

Ainda que o próprio autor faça ressalvas à sua caracterização como testemunha, é fato que seus escritos se configuram como alguns dos mais valiosos textos daquilo que se nomeia literatura de testemunho. Todorov (2002, p. 215; 220) defende que em Levi há um comportamento humano diante do extremo, que joga em seus escritos um “raio de luz”, que vem, obviamente, não daquilo que descreve, mas do próprio escritor. É por essa metafórica capacidade de iluminar – no intuito de tirar das sombras – que o testemunho de Levi é tão importante.

2.3 Holocausto ou Shoah

Neste trabalho optou-se pelo uso do termo *Shoah* – que no hebraico designa catástrofe, ruína – para referir-se ao extermínio do povo judeu, principalmente nos campos de concentração, durante o período nazista. Tal escolha se deve a um desconforto expresso por Primo Levi, em uma de suas entrevistas, na década de 1980, em que se desculpa por usar o termo “holocausto”, dizendo que o faz de má vontade “porque não me agrada. Mas faço uso dele para nos entendermos. Filologicamente é errado” (LEVI, 1997, [s. p.], tradução nossa)⁵.

Giorgio Agamben (2008, p. 37) aponta que o uso do termo holocausto origina-se de uma “inconsciente exigência de justificar a morte *sine causa*, de atribuir um sentido ao que parece não poder ter sentido”. Apresentando estudos sobre a etimologia do termo, Agamben o relaciona à concepção religiosa de sacrifício a partir da tradução do grego “*holókaustos*” – literalmente, “todo queimado” –, que, se de início era uma crítica dos teólogos cristãos à forma pela qual os hebreus realizavam seus sacrifícios no templo, queimando a carne de animais, a partir do martírio de

⁴ *Lager* é uma palavra alemã que pode ser traduzida como depósito, lugar de armazenagem ou mesmo acampamento. É um termo muito frequente, na obra de Levi, para designar os campos de extermínio nazistas.

⁵ No original: “[...] scusi io uso questo termine Olocausto malvolentieri, perché non mi piace. Ma lo uso per intenderci. Filologicamente è sbagliato”.

cristãos nos primeiros séculos, vai assumindo também o sentido de sacrifício supremo e entrega total em nome de causas superiores. É dessa segunda forma que o vocábulo holocausto se constitui mais fortemente nas línguas vulgares, ainda que a semântica antijudaica não tenha desaparecido por completo. Para Agamben:

[no] caso do termo “holocausto”, estabelecer uma vinculação, mesmo distante, entre Auschwitz e o *olah* [oferta] bíblico, e entre a morte nas câmaras de gás e a “entrega total a causas sagradas e superiores” não pode deixar de soar como uma zombaria. O termo não só supõe uma inaceitável equiparação entre fornos crematórios e altares, mas acolhe uma herança semântica que desde o início traz uma conotação antijudaica. Por isso, nunca faremos uso deste termo. Quem continua a fazê-lo, demonstra ignorância ou insensibilidade (ou uma e outra coisa ao mesmo tempo). (AGAMBEN, 2008, p. 40)

A posição de Agamben é reforçada por Seligmann-Silva – o texto original do autor italiano é de 1998 –, que justifica a preferência pelo termo *Shoah* por “não conter as conotações sacrificiais incluídas em Holocausto” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 50). Dessa forma, apoiado tanto no desconforto expresso por Levi quanto em autores relevantes nas pesquisas e em debates sobre os eventos da *Shoah*, preferiu-se o uso desse último termo no trabalho, ainda que se reconheça o valor que a palavra Holocausto tem quando se pensa na construção dos estudos historiográficos – e também literários – ao longo do século XX.

3. DESCARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO

É isto um homem? A pergunta que dá título ao primeiro livro de Primo Levi não é uma simples frase de impacto. Nasce da dúvida criada pelo regime nazista na mente de diversos indivíduos que viam diante de si filas de pessoas que, no estado em que estavam e nas condições às quais eram submetidas, geravam esse questionamento. Fazia parte do projeto de aniquilação idealizado pelo Terceiro Reich uma destruição completa e total do inimigo, mas isso não se dava somente pela via do assassinato direto de prisioneiros. Era necessário ao regime, além de aniquilar os corpos dos judeus, destruir a própria noção de que aquilo que era eliminado era um ser humano.

Um aspecto importante a ser levantado é que os campos de concentração já existiam, em maior ou menor escala, antes da guerra iniciada em 1939. A ideia de capturar inimigos e forçá-los ao trabalho ou submetê-los a condições precárias é uma prática registrada pela história mesmo antes do século XX. O Reich alemão tinha, espalhados por diversas cidades europeias sob seu domínio, alguns campos de trabalho forçado de sujeitos não gratos ao regime: inimigos políticos, alguns grupos étnicos – entre eles os judeus – e religiosos⁶. Dada a proporção de judeus presentes na Europa e a sua identificação como responsáveis por uma série de problemas políticos e sociais enfrentados pela Alemanha, eles acabaram sendo o alvo mais notório e numeroso da perseguição nazista, cuja novidade apresentada em relação ao confinamento de inimigos acabou sendo a criação de campos de extermínio em massa, com moldes e proporções antes inimagináveis, a chamada “solução final para o problema judeu” – [*die Endlösung der Judenfrage*].

Segundo o historiador Raul Hilberg, a eficiência e a rapidez desses centros de extermínio podiam ser medidas pelo fato de que “um homem poderia descer do trem pela manhã e, à tarde, ter seu cadáver incinerado e suas roupas empacotadas para serem enviada à Alemanha” (HILBERG, 2016, p. 1065). Para que a operação desses campos fosse possível, no entanto, existia uma série de etapas que forjavam tanto os prisioneiros quanto seus carrascos na visão de mundo necessária àquele sistema, ou seja, a de que o que era realizado no *Lager* não era uma violência contra um homem, mas a simples eliminação de algo incômodo e

⁶ Hilberg detalha os grupos que faziam parte dos campos de concentração administrados pelo Terceiro Reich em sua obra *A destruição dos judeus europeus* (2016, v. 2, p. 1067-1068).

prejudicial à sociedade alemã. No início de seu relato em *É isto um homem?*, Primo Levi expõe o assombro que tomou conta dele e dos que com ele estavam quando foram contados para o embarque no trem que os levaria a Auschwitz:

[...] o cabo, batendo continência, respondeu que as “peças” eram 650, e que tudo estava em ordem [...] lá recebemos as primeiras pancadas, o que foi tão novo e absurdo que não chegamos a sentir dor, nem no corpo nem na alma. Apenas um profundo assombro: como é que, sem raiva, pode-se bater numa criatura humana? (LEVI, 1988, p. 16-17)

As aspas do texto são do próprio autor, que registra a expressão com a qual os prisioneiros passam a ser tratados: não pessoas, não homens e mulheres, nem mesmo prisioneiros ou inimigos, apenas peças. Se é com peças que os guardas lidam, não há espaço ou motivo para nenhum tipo de sentimento.

3.1 O cotidiano do *Lager*

Não eram só as pancadas, no entanto, que compunham a dinâmica do campo. Ao chegarem a Auschwitz, depois de uma viagem de dias em vagões lotados acima de sua capacidade, sem acesso a água potável, em pé, com roupas que não protegiam do frio quando era inverno e em condições sufocantes quando era verão, homens, mulheres e crianças eram separados. Após a separação, que poderia ainda contar com uma seleção apenas visual e quase sempre arbitrária de quem parecia mais ou menos apto ao trabalho e de quem poderia ser eliminado já na sequência, os indivíduos eram enviados a salas nas quais, obrigados a ficarem todos nus, tinham seus cabelos raspados, deviam deixar qualquer objeto ou recurso financeiro que haviam conseguido preservar até ali e vestir-se com o uniforme roto e com os sapatos de numeração aleatória oferecidos aos prisioneiros – havia ainda situações em que, do desembarque, grupos inteiros de prisioneiros eram levados diretamente às câmaras de gás, não sem antes terem seus pertences confiscados.

Já nesses primeiros momentos no *Lager*, Levi foi capaz de dar-se conta daquilo que, até dias antes, ele e seus companheiros talvez nem imaginassem ser possível: “chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível. Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar. Nada mais é nosso” (LEVI, 1988, p. 32). A experiência dos campos de extermínio é, essencialmente, a experiência de privar aqueles que foram presos de qualquer elemento que os faça sentirem-se como pertencentes à civilização. Começa na privação de direitos, tem sequência na privação de posses, roupas, cabelos, objetos, não sem antes passar pelo

apagamento do próprio nome, que é substituído por um número, e culmina na privação da própria vida, a qual, a essa altura, muitas vezes nem é mais considerada pelo próprio indivíduo como algo com o que valha a pena se importar.

Imagine-se agora um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de [...] rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se *decidirá* sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência. Ficará claro, então, o duplo significado da expressão “Campo de extermínio”, bem como o que desejo expressar quando digo: chegar no fundo. (LEVI, 1988, p. 33, grifo nosso)

No cenário dos campos de extermínio, os prisioneiros não eram mais detentores nem mesmo de suas próprias vidas, já que eram outros – alemães, o destino, o acaso – que decidiriam seu futuro ali. Em relação ao controle sobre a própria vida, é importante evidenciar algo que beira o paradoxal nos campos de extermínio: a proibição ao suicídio. O regulamento do *Lager* determinava, entre outras coisas, que os prisioneiros não se aproximassem a menos de dois metros das cercas de arame farpado. É evidente que o objetivo não era a preservação da vida de qualquer um, mas a fundamental afirmação de que os judeus não eram detentores nem mesmo da escolha pela própria morte. Todorov argumenta que

[...] o suicídio, inclusive numa atmosfera de homicídios frequentes, já implica uma maior liberdade: modifica-se o curso dos acontecimentos, mesmo que seja pela última vez na vida. Recusando-se a apenas reagir a esses mesmos acontecimentos, procede-se da maneira que escolheu. Esses suicídios são cometidos por desafio, não por desespero, e constituem uma última liberdade [...] ora, é precisamente a negação dessa liberdade – e, portanto, dessa dignidade – a finalidade do campo. Por isso, mesmo que matem com tanta facilidade, esses guardas impedem os suicídios por todos os meios. (TODOROV, 2017, p. 95-96)

A repressão ao suicídio reforçava a ideia de que não havia qualquer autonomia por parte dos prisioneiros. Isso deu forma ao projeto de aniquilação dos indivíduos, não só física, mas moralmente, que foi aperfeiçoado com cada uma das restrições a que os sujeitos foram expostos durante sua permanência no campo.

Os que sobreviveram aos primeiros dias viram-se em uma condição em que, privados de tudo, era fundamental aprender a conseguir os mínimos instrumentos necessários a uma refeição, vestimentas que não fossem grandes ou pequenas demais, sapatos que não machucassem tanto os pés, enfim, elementos que não eram propriamente posses, mas que temporariamente poderiam servir para

resolver alguns problemas ou minimizar alguns sofrimentos. Para Levi (2016b, p. 92), “quem não os tem não se percebe a si mesmo como um ser humano, e sim como um verme: nu, lento, ignóbil, vergado ao chão. Sabe que poderá ser esmagado a todo momento”. Tudo isso, no entanto, estava sob constante ameaça de roubo ou de perda, o que colocaria o prisioneiro novamente na situação de extrema carência, alimentando certo ciclo de troca de mercadorias pelo pão recebido que paulatinamente se desenvolveu nos campos.

O cotidiano do *Lager* era, para os que sobreviviam um dia a mais, uma contínua lembrança de que não eram tomados como homens por aqueles que os comandavam. O trabalho extremo, as condições aviltantes, os alojamentos sem a menor proteção ao frio e onde as doenças se proliferavam faziam parte da absurda rotina à qual os prisioneiros eram expostos, sempre reforçando a violência a que eles deviam se sujeitar. As refeições, constituídas basicamente de pedaços de pão e de uma sopa miserável, que não supriam minimamente as necessidades calóricas de indivíduos obrigados ao trabalho braçal exaustivo, eram uma oportunidade a mais de enfatizar a degradação dos judeus: os *Kapos*⁷, quando serviam o alimento, usavam construções frasais com a palavra alemã *fressen*, verbo que não se refere à prática de sentar-se à mesa e consumir os alimentos, mas de comer como os animais. Levi (1988, p. 110) afirma que “*fressen* é comer como bichos, mas o *Kapo* não fala assim por escárnio [...] é esta a palavra certa, a que costumamos dizer” revelando que, gradativamente, os próprios indivíduos assimilavam o embrutecimento que lhes era imposto, adequando-se ao vocabulário corrente.

Essa animalização a que os judeus eram levados, inclusive pela linguagem, era reforçada pela ausência de condições sanitárias mínimas e pela impossibilidade de quaisquer práticas de higiene comuns a um cidadão livre. Em relação à higiene e, em sentido mais amplo, mesmo ao pudor, Levi revela que

[...] a ofensa ao pudor representava, pelo menos no início, uma parte importante do sofrimento global. Não era fácil nem indolor habituar-se à enorme latrina coletiva, ao limite de tempo estrito e obrigatório, à presença, em sua frente, do aspirante à sucessão [...]. Todavia, em poucas semanas o mal-estar se atenuava até desaparecer: sobrevinha (não para todos!) o costume, o que é um modo caridoso de dizer que a transformação de seres humanos em animais já estava a meio-caminho [...]. A *inútil crueldade* do

⁷ Parte da hierarquia do campo, os *Kapos* eram também prisioneiros (políticos, em sua maioria) que atuavam como funcionários, sendo responsáveis por ordenar os grupos de trabalho, controlar e manter a ordem nos galpões usados como dormitório, por exemplo. Todorov (2017, p. 295) os define como detentos que “querem com mais forte razão exercer seu poder sobre os outros porque se sabem ao mesmo tempo submetidos ao poder dos verdadeiros guardas, milicianos ou SS”.

pudor violado condicionava a existência de todos os *Lager*. (LEVI, 2016b, p. 90-1, grifo nosso)

Com essa inútil crueldade e tantas outras constantes violações, coexistiam dois aspectos que, de alguma forma, pareciam contrastar com o cenário do extermínio e que, em alguma medida, até intensificavam sua aberração: o campo, local de tanta brutalidade e violência, era marcado ao mesmo tempo por um excessivo controle organizacional. Isso pode ser ilustrado nas frequentes chamadas e contagens de indivíduos realizadas, na identificação por meio de números tatuados, na imperativa necessidade de organização diária das instalações absurdamente precárias em que os prisioneiros dormiam, chegando ao limite do citado rigor burocrático em relação ao uso de sanitários, mesmo quando era evidente algum problema de saúde.

Essa rigidez pragmática, a mesma que exigia o cumprimento instantâneo de qualquer ordem vinda de um *Kapo*, era acompanhada, em alguns momentos do dia, por bandas que tocavam músicas enquanto fileiras de prisioneiros marchavam para o trabalho, muitas vezes sob a chuva, sob a neve ou sob o sol intenso. Tais canções tornaram-se a “voz do Campo, a expressão sensorial de sua geométrica loucura” (LEVI, 1988, p. 70). Essa voz, nunca esquecida pelos sobreviventes, repetida diariamente, reforçava a sensação de profunda inércia nos prisioneiros que, expostos sempre às mesmas intensas degradações, quando tinham poucos momentos de lucidez, percebiam-se com comportamentos que já não eram mesmo reconhecíveis como humanos de tão condicionados ao extremo.

Quase vinte anos após a libertação de Auschwitz, Primo Levi publicou *A trégua*, espécie de continuação do primeiro livro em que narra a viagem de retorno à Itália. Nessa obra, já refletindo sobre tudo que presenciou, Levi relata a percepção de uma privação que, se à primeira vista não era tão evidente aos prisioneiros – muito em função do peso que, por exemplo, a fome tinha na mente dos indivíduos –, para aqueles que sobreviveram se apresentou como crucial para não deixarem de se perceber como seres humanos:

[como] sempre acontece, o fim da fome pôs a nu e tornou perceptível em nós uma fome mais profunda. Não apenas o desejo da casa, de certo modo previsível e projetado para o futuro: mas uma necessidade mais imediata e urgente de contatos humanos, de contato físico e mental, de novidade e variedade. (LEVI, 2010, p. 158)

Ainda que cercados por centenas de outros prisioneiros, os sujeitos não eram capazes muitas vezes de estabelecer entre si o que se pode denominar de contato humano. A experiência concentracionária dos campos de extermínio tinha como uma de suas primeiras consequências o fato de que, quando se firmavam relações entre os prisioneiros, muitas delas eram marcadas por um pragmatismo na busca de vantagens em vistas da sobrevivência. Na maioria das vezes cada um era visto como uma ameaça à sobrevivência do outro ou, ainda, alguém que, tão destruído, já não era mais visto como um ser humano mesmo por seu semelhante.

É um homem quem mata, é um homem quem comete ou suporta injustiças; não é um homem que, perdida já toda reserva, compartilha a cama com um cadáver. Quem esperou que seu vizinho acabasse de morrer para tirar-lhe um pedaço de pão, está mais longe (embora sem culpa) do modelo de homem pensante do que o pigmeu mais primitivo ou o sádico mais atroz. Uma parte de nossa existência está nas almas de quem se aproxima de nós; por isso não é humana a experiência de quem viveu dias em que o homem foi apenas uma coisa ante os olhos de outro homem. (LEVI, 1988, p. 253)

A criação de uma atmosfera de indiferença entre os que estavam sujeitos àquelas condições era fundamental para a lógica de funcionamento e para a própria economia dos campos. Não enxergar o homem que está ao seu lado como um igual possibilitava que se avançasse no projeto de destruição de qualquer traço de humanidade no comportamento dos indivíduos. É necessário lembrar, contudo, que, apesar do choque que tal comportamento pudesse causar, havia exceções – algumas apontadas pelo mesmo Primo Levi, como sua relação com Alberto ou com os prisioneiros da enfermaria nos seus últimos dias de *Lager* – e, de alguma forma, como aponta Todorov (2017, p. 56-57), ainda que as regras de sociabilidade não fossem as mesmas do mundo do qual provinham os indivíduos, não se pode afirmar que a vida nos campos de concentração fosse regida apenas por uma espécie de lei da selva. Ademais, não é nas situações de tortura que se deve avaliar o caráter e mesmo a identidade de um indivíduo, pois nelas, “de tanto suprimir os ingredientes habituais da vida humana em sociedade, cria-se uma situação inteiramente artificial, que nada mais nos informa a não ser sobre ela mesma” (TODOROV, 2017, p. 61). Nesse cenário de exceção, a consequência mais cruel – “o delito mais demoníaco do nacional-socialismo” (LEVI, 2016b, p. 41) –, no entanto, talvez tenha sido a concepção de uma categoria de prisioneiros em específico: o *Sonderkommando*.

3.2 O *Sonderkommando*

Esse “esquadrão especial” (tradução do termo em alemão) era formado por prisioneiros selecionados entre os demais para executar o trabalho mais sujo dos campos, ao qual os SS⁸ não se sujeitavam. Os integrantes desse grupo, em sua maior parte judeus, eram os responsáveis por conduzir os indivíduos para as câmaras de gás e, depois de arrancar dentes e cabelos dos corpos, descartá-los em valas comuns. Mais tarde, quando a indústria da morte se intensificou, diante do número de capturados, os guardas do *Sonderkommando* receberam ordens de incinerar os corpos que saíam das câmaras, abrir as valas cavadas antes e incendiar os cadáveres numa tentativa de eliminar qualquer resquício do que ali havia acontecido.

Sobre o *Sonderkommando*, Primo Levi escreve uma série de textos, mas talvez os mais relevantes sejam os que estão em sua última obra em vida, *Os afogados e os sobreviventes*, na qual se dedica a refletir, entre outros assuntos, sobre os limites do comportamento nos campos. Com relação aos prisioneiros designados para essa tarefa, Levi diz que, diferente dos *Kapos*, que muitas vezes contavam com privilégios entre os SS, no *Sonderkommando*: “[...] quem deles fazia parte só era privilegiado na medida em que (e com que custo!) por alguns meses comia suficientemente, não decerto porque pudesse ser invejado” (LEVI, 2016b, p. 38).

Os esquadrões eram substituídos com frequência porque tinham contato com aquilo que de mais absurdo havia nos campos e, portanto, eram detentores do maior dos segredos que jamais poderia ser revelado. Por isso, prisioneiros do *Sonderkommando* eram, como os demais, mortos e incinerados por um novo esquadrão que, meses depois teria o mesmo destino.

Os judeus é que deveriam pôr nos fornos os judeus, devia-se demonstrar que os judeus, sub-raça, sub-homens, se dobram a qualquer humilhação, inclusive à destruição de si mesmos. Além do mais, atestou-se que nem todos os SS aceitavam de bom grado o massacre como tarefa cotidiana; delegar às próprias vítimas uma parte do trabalho, e justamente a mais suja, devia servir (e provavelmente serviu) para aliviar algumas consciências. (LEVI, 2016b, p. 40)

Tal prática existia não só para aliviar as consciências alemãs, mas como uma espécie de afirmação da teoria nazista de inferioridade do povo judeu: são tão

⁸ Sigla para *Schutzstaffel*, a polícia de estado alemã, responsável, entre outras coisas, pelos campos de concentração.

baixos que são capazes de se autodestruir. A verdade, como se sabe, é que esses indivíduos foram destruídos ao ponto de não terem forças para reagir ao sistema.

A escolha dos prisioneiros seguia os típicos critérios de força aparente, mas, nesse caso, foram selecionados também alguns indivíduos ainda nas estações que, no caos da situação, apresentavam pouca resistência. A função pela qual ficaram responsáveis era terrível e, de acordo com relatos comentados por Levi (2016b p. 40-41), era comum que se encontrassem embriagados e num grau de embrutecimento e prostração completos.

Contudo, há também relatos que colocam em xeque qualquer leitura simplista acerca desses indivíduos: um exemplo disso é o episódio em que, após a abertura da câmara de gás, enquanto os prisioneiros do *Sonderkommando* retiravam os corpos para os fornos crematórios, uma mulher fora encontrada ainda viva. Essa situação fez com que o grupo, acostumado à morte em massa, se deparasse com uma única vida em suas mãos e, rompendo com a engrenagem assassina, resgatasse a prisioneira e a tratasse como uma pessoa⁹. Para Levi, situações como essa espantam porque afetam a ideia que se tem do sujeito sempre coerente, no bem ou no mal, mas “não deveriam espantar, por que o homem não é assim. Piedade e brutalidade podem coexistir no mesmo indivíduo e no mesmo momento” (LEVI, 2016b, p. 43). Embora, no fim das contas, a prisioneira tenha sido descoberta e assassinada a mando de oficiais superiores, o episódio é simbólico na tentativa de apresentar a situação fronteira na qual os prisioneiros do *Sonderkommando* viviam.

3.3 O tratamento dos corpos

A escolha da forma de extermínio dos judeus e de seus corpos tinha, evidentemente, um componente prático, já que, inicialmente, as valas coletivas e, depois, as fileiras de fornos crematórios poderiam receber os cadáveres de maneira muito mais rápida do que sepulturas individuais. Tal procedimento, no entanto, não pode deixar de ser analisado também sob uma ótica que vai além do tão conhecido

⁹ A produção húngara *O filho de Saul* (*Saul fia*) tem como mote situação semelhante. Nele, um prisioneiro do *Sonderkommando* identifica, entre os corpos na câmara de gás, um garoto que acredita ser seu filho (o desenrolar da obra sugere que o menino tenha sido escolhido apenas simbolicamente como filho da personagem, já que não teriam relações biológicas de fato). Saul arrisca a própria sobrevivência para garantir um enterro – e, portanto, um fim “digno” – para o garoto, numa atitude que, de certa forma, também individualiza um sujeito a quem é concedido um tratamento humano enquanto a máquina dos campos de extermínio continua a funcionar, o que Levi (2016b, p. 44) chama de “piedade eventual dirigida ao indivíduo”.

gosto pela eficiência do Terceiro Reich, pois aos corpos não era dado um tratamento diferente daquele comumente oferecido aos resíduos das cidades: o aterro e a incineração.

Para o regime nazista, os judeus, nem diante da morte iminente, nem depois dela, eram considerados como seres merecedores de qualquer tratamento respeitoso:

[para] com os condenados à morte, a tradição prescreve um austero cerimonial, a fim de tornar evidente que já não existem paixão nem raiva; apenas medida de justiça, triste obrigação perante a sociedade. [...] Evita-se ao condenado, portanto, toda a preocupação externa; a solidão lhe é concedida e, se assim ele o desejar, todo o conforto espiritual; procura-se, enfim, que não perceba ao redor de si nem ódio, nem arbitrariedade, mas necessidade e justiça e, junto com a pena, o perdão. Nada disso, porém, nos foi concedido, já que éramos muitos e pouco o tempo. (LEVI, 1988, p.14)

Esse trecho é do relato de Levi em *É isto um homem?* e se refere aos instantes antes do embarque para Auschwitz, que, se para ele não foram os imediatos anteriores ao embarque para a morte, tornaram-se os últimos momentos fora do campo que tinha como objetivo levá-lo ao destino fatal. Percebe-se que não eram consideradas mínimas práticas de deferência, concedidas aos maiores criminosos – inclusive, anos depois, a alguns dos líderes nazistas – condenados à pena de morte. Ainda que não culpados, nem mesmo conscientes dos motivos pelos quais haviam se tornado prisioneiros, os judeus se viram diante de carrascos que nem ao menos os consideravam humanos. Quando escreveu *Os afogados e os sobreviventes*, Levi retornou a essa questão do ritual que cerca, ou deveria cercar, a morte de uma pessoa e que aos judeus não foi permitido.

Essa crueldade típica e sem objetivo aparente, mas altamente simbólica, estendia-se, justamente porque simbólica, aos despojos humanos após a morte: àqueles despojos que toda civilização, a partir da mais longínqua pré-história, respeitou, honrou e às vezes temeu. O tratamento a que eram submetidos nos *Lager* queria expressar que não se tratava de restos humanos, mas de matéria bruta, indiferente, boa no melhor dos casos para alguns empregos industriais. [...] sobre a motivação do lucro [com a venda dessa “matéria bruta”] prevalecia aquela do ultraje. (LEVI, 2016b, p. 101)

A destruição dos corpos serve para evitar a construção de monumentos que marquem a memória, algo que daria aos mortos a condição de seres humanos dignos de serem lembrados, respeito que não lhes era concedido naquele regime. A filósofa Hannah Arendt, famosa pela obra que publicou a partir do julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann, argumenta que “faz parte dos refinamentos dos

governos totalitários de nosso século [XX] que eles não permitam que seus oponentes morram a morte grandiosa e dramática dos mártires” (1999, p. 253). Não se pode esquecer, contudo, de um aspecto importante da destruição dos corpos: ela também era efetiva para esconder as marcas do crime, pois aquilo de que não há registros é muito mais facilmente esquecido ou negado do que aquilo de que se podem ver evidências constantemente.

3.4 A aniquilação para a sociedade

Muito já foi questionado e muito já foi dito sobre a sociedade europeia e, especificamente, alemã no contexto do extermínio nazista em relação ao seu nível de conhecimento, compreensão e aceitação do que acontecia nos campos. Neste trabalho, sem apontar o povo alemão como culpado, algo que Primo Levi se recusa a fazer – “não suporto que se julgue um homem não por aquilo que é, mas pelo grupo ao qual lhe acontece pertencer” (LEVI, 2016b, p. 143) –, é importante investigar um elemento que, se de maneira alguma justifica a inércia daqueles que conviveram com o extermínio judeu, permite elaborar como se estruturava a visão da sociedade nazista sobre os fatos que, em maior ou menor grau, possibilitou a existência dos campos de concentração e extermínio.

Já foi demonstrado como, para os próprios sujeitos prisioneiros do *Lager*, era reiteradamente imposta a ideia de que eles não eram seres humanos, mas apenas peças das quais se explorava a força, enquanto a tinham, ou possuidores de elementos que se mostravam úteis ao mercado, como os pertences, as joias, os cabelos e os dentes. Muitos judeus sucumbiram a essa ideia sem conseguir reagir ao campo de extermínio, perecendo como homens mesmo antes de serem enviados às câmaras de gás.

Se aos próprios indivíduos esse pensamento foi imposto, para a sociedade alemã foi uma tarefa quase mecânica tornar-se indiferente à questão judaica ou a essas não-pessoas. É evidente que existiram exceções e que sujeitos civis ou instituições esconderam judeus ou viabilizaram suas fugas, mas tais comportamentos são notáveis justamente porque fugiam à regra. Primo Levi vê, na educação imposta pelos regimes totalitários – que, no caso da Alemanha nazista, transformou o povo judeu em inimigo da nação –, uma importante ferramenta para despertar a indiferença em relação a certos princípios morais antes incontestáveis.

Quando fala dos SS, Levi apresenta um pensamento que, com devidas proporções, pode se estender a toda a sociedade; ele diz que “tinham sido submetidos por alguns anos a uma escola em que a moral corrente fora invertida. Num regime totalitário, a educação, a propaganda e a informação não encontram obstáculos” (LEVI, 2016b, p. 99). Essa inversão não foi feita de modo instantâneo e radical, mas fez parte de um projeto ao qual, aos poucos, a população ia cedendo de acordo com o que lhe era apresentado como necessário para resolver um problema ou exterminar suas causas.

De acordo com Hilberg (2016, p. 1267), no viés propagandístico¹⁰, o regime atuou em duas frentes: uma linha de contenção, que difundia a ideia de que as ações nazistas eram essencialmente defensivas e contramedidas, e outra em que se ofereciam validações para diversos elementos na cadeia de ordens. Assim, como aponta Todorov (2017, p. 372), criou-se um cenário no qual “cada concessão aceita por uma população, que de nenhuma forma é extremista, é em si mesma insignificante; [mas] tomadas juntas, elas levam ao horror”.

Algumas perspectivas podem, então, serem observadas: a dos cidadãos comuns, que talvez não tivessem completa consciência de tudo aquilo que acontecia nos campos, dado o esforço nazista para que não escapassem notícias de lá; a dos interesses econômicos e a dos funcionários dos campos, que viam a violência do *Lager* ou eram até mesmo responsáveis por ela, mas que entendiam ser isso parte do que era necessário ao Terceiro Reich. O primeiro grupo, considerando um cenário imaginário em que a “solução final” nazista tenha permanecido absolutamente secreta, ainda assim se deparava com o constante desaparecimento de pessoas de origem judaica de seu convívio e, mesmo antes dos últimos anos da guerra, obtinha vantagens de leis que retiravam de cidadãos judeus suas posses, seja porque elas eram transferidas aos cidadãos locais, seja porque assim eram eliminadas algumas concorrências¹¹. Para Theodor Adorno

[o] que se chama de “participação oportunista” era antes de mais nada interesse prático: perceber antes de tudo a sua própria vantagem e não dar

¹⁰ Hilberg discorre mais sobre características da propaganda nazista em *A destruição dos judeus europeus* (HILBERG, 2016, v. 2, p. 1267 et seq.).

¹¹ O historiador Saul Friedländer indica que em Viena, meses depois da anexação da Áustria ao Terceiro Reich, a adoção das leis antijudaicas criou um cenário em que “83% dos negócios artesanais, 26% da indústria, 82% dos serviços econômicos e 50% dos estabelecimentos comerciais individuais de propriedade de judeus eram sequestrados; do total de 86 bancos de propriedade judaica na capital austríaca, apenas oito permaneceram após essa primeira investida” (FRIEDLÄNDER, 2012, v. 1, p. 315). Hilberg (2016, v. 2, p. 1306) também comenta sobre os benefícios alcançados por alemães com as leis antijudaicas.

com a língua nos dentes para não se prejudicar. [...] O silêncio sob o terror era apenas consequência disto. A frieza da mônada social, do concorrente isolado, constituía, enquanto indiferença frente ao destino do outro, o pressuposto para que apenas alguns raros se mobilizassem. (ADORNO, 1995, p. 134)

Arendt (1999, p. 65) diz ter havido uma espécie de autoengano que se difundia na sociedade alemã e que era formado por mentiras que mudavam conforme a necessidade, mas que contribuíam para a negação da realidade. Esse autoengano foi alicerçado no que Todorov (2002, p. 137) define como uma linguagem repleta de eufemismos, cujo objetivo era “impedir a existência de certas realidades na linguagem”, prática efetiva tanto para facilitar o cumprimento das tarefas pelos seus executantes quanto para oferecer à população uma definição do que acontecia nos campos: termos como “tratamento especial” e a própria “solução final” mascaravam a realidade da violência e da morte pelo gás.

No cenário em que as palavras escondiam a realidade, Adorno (1995, p. 134), em seu famoso ensaio *Educação após Auschwitz*, defende a ideia de que houve uma incapacidade de identificação com as vítimas. O tratamento que os prisioneiros – caracterizados como inimigos da nação e da raça ariana, além de distanciados da própria ideia de humanidade –, recebiam nos campos não era nada de avesso ao que se imaginava ser apropriado a um judeu. Isso mais uma vez demonstra a importância da descaracterização dos sujeitos que se pretende destruir. Todorov aponta que

[...] sempre e em todos os lugares se viram indivíduos que manifestaram preocupações com as vítimas [do nazismo], mas o grosso da população, incontestavelmente, deu mostras de indiferenças [...] a infelicidade de outrem nos deixa frios se, para remediá-la, devemos renunciar à nossa tranquilidade. (TODOROV, 2017, p. 224-225)

Se em relação à sociedade do Reich como um todo foram necessárias manobras linguísticas, omissões de informações e um esforço para desvincular os judeus da pertença à humanidade, na perspectiva industrial, no entanto, o autoengano não parece ter sido muito necessário nem mesmo considerado, já que o lucro por si só teve um forte poder de convencimento. Seguindo a lógica econômica, o contexto de guerra e de carência fez com que o abastecimento da Europa fosse comprometido e o “material judaico” tenha sido uma fonte de recursos e matéria-prima para a Alemanha. Tal atitude, para Levi, tem muito mais relação com o objetivo ideológico desejado do que com a necessidade econômica.

É pouco provável que os utilizadores não soubessem de qual material se tratava. É pouco provável que os vendedores, ou seja, as autoridades SS do *Lager*, tirassem disso um lucro efetivo. [...] As cinzas humanas provenientes dos fornos crematórios, toneladas por dia, eram facilmente reconhecíveis como tais, uma vez que continham com frequência dentes ou vértebras. Não obstante, foram usadas para vários fins: para aterrar trechos pantanosos, como isolante térmico nos interstícios de construções de madeira, como fertilizante fosfático; assinaladamente, foram empregadas em vez de saibro para revestir os caminhos da vila dos SS, situada ao lado do campo. Eu não saberia dizer se puramente pela consistência ou se, ao contrário, pelo fato de que, em sua origem, aquele material devia ser pisado. (LEVI, 2016b, p. 101-102)

Não se pode ignorar, porém, que os fornos crematórios, o arame farpado e o gás utilizado nas câmaras não se originaram do trabalho interno dos campos – como a construção da fábrica de borracha do campo III de Auschwitz, realizada pelos próprios prisioneiros, nas conhecidas condições do campo, mas de onde “nunca saiu nenhum quilo de borracha sintética” (LEVI, 1988, p. 105). Em um texto de 1960, Levi comenta sobre o aparato usado na matança dos judeus:

[...] um gás originalmente destinado a exterminar ratos em porões de navios, que o exército das SS encomenda em quantidades exorbitantes à IG Farben. Essa indústria despacha diligentemente os pedidos, recebe as faturas e não se preocupa com mais nada. Estará em curso uma invasão de ratos? Melhor não perguntar para não saber: os industriais alemães salvam a consciência e lucram com o veneno. A empresa Topf & Söhne, de Erfurt, especializada em construções com ferro (ainda há plaquetas nos fornos de Buchenwald; não nos de Auschwitz porque foram explodidos), aceita a encomenda de um crematório capaz de destruir mil cadáveres por hora. (LEVI, 2015, p. 88)

Esses materiais, encomendados pelos SS na indústria alemã, provavelmente não devem ter sido produzidos sem alguma dúvida sobre sua finalidade. No entanto, nos termos de Adorno, percebendo sua própria vantagem, as empresas souberam enxergar que o capital financeiro possibilitado por esse comércio era muito mais relevante do que seus eventuais usos.

Por fim, mesmo aquelas pessoas que trabalhavam nos campos e operavam a máquina de extermínio – do ponto de vista organizacional, já que o trabalho sujo era função do *Sonderkommando* –, eram motivadas ou pela obediência cega e eficiente à ideologia que as comandava ou pelo simples e burocrático cumprimento de ordens necessário a um funcionário alemão. Não havia na situação dos campos nenhum problema legal, pois eles eram frutos do próprio Estado e, “matando e torturando, os guardas se conformavam às leis de seu país e às ordens de seus superiores” (TODOROV, 2017, p. 182-183).

Colaborava para essa resposta aos comandos a já citada forma de enxergar os prisioneiros e uma diluição da responsabilidade dos atos na longa cadeia que as ordens percorriam. Para Arendt (1999, p. 268), os crimes cometidos podem ser considerados como “crimes em massa” não só pelo número de vítimas, mas também pelo número dos envolvidos em sua perpetuação; e a distância de qualquer um dos criminosos do assassinato de um indivíduo pouco se relacionava com sua responsabilidade, o que encontra eco nas linhas de Todorov (2017, p. 252), para quem “a compartimentação do trabalho suspendeu a consciência moral”.

Todorov indica, ainda, que os dois extremos dessa corrente acabam tendo um destaque maior, já que são compostos por quem decide de um lado e por quem, de fato, desfere o golpe do outro lado, sendo que, no percurso de toda a cadeia, quase sempre é possível lançar a culpa sobre o elo vizinho. Desse modo, quem ordena não lida com o produto de suas decisões, enquanto os da outra ponta, aqueles que levam aos fornos e destroem os corpos – lugar propositalmente ocupado pelos próprios judeus –, são os que carregarão consigo o pesar sem serem verdadeiramente culpados, o que uma vez mais dialoga diretamente com Arendt, para quem “o grau de responsabilidade aumenta quanto mais longe nos colocamos do homem que maneja o instrumento fatal com suas próprias mãos” (ARENDT, 1999, p. 268).

Tornar os judeus o ponto mais fraco da corrente, que tinha como objetivo exterminar os próprios judeus, enquanto eliminava dos funcionários do campo a sensação de que o que eles faziam era abominável, era mais um elemento da violência que consistia no tratamento dos prisioneiros como não humanos. Isso aliviava o fardo dos SS, que se enxergavam, portanto, apenas diante de algo a destruir, pois se “antes de morrer, a vítima deve ser degradada, a fim de que o assassino sinta menos o peso de seu crime [...] [está aí] a única utilidade da violência inútil” (LEVI, 2016b, p. 102) que fazia parte de cada uma das ações do campo de concentração.

As ações executadas em relação aos indivíduos da população judaica, como se buscou demonstrar, tinham como objetivo destruí-los integralmente: sua força física, sua capacidade de compreensão do que acontecia, a visão de si mesmos como humanos e, ao fim do processo, até de seus despojos e de sua memória. Essa foi a essência da *Shoah* e o que viabilizou que a execução das vítimas não causasse, de modo geral, tanto abalo em seus carrascos, sejam eles

mais próximos, sejam mais distantes dos campos de concentração. E Levi viu na educação um papel importante para que a sociedade alemã chegasse a este ponto: o mal extremo causado a outro não é algo a se evitar, mas é a prática corrente. Arendt afirma que

[no] Terceiro Reich, o Mal perdera a qualidade pela qual a maior parte das pessoas o reconhecem – a qualidade da tentação. Muitos alemães e muitos nazistas, provavelmente a esmagadora maioria deles, deve ter sido tentada a *não* matar, a *não* roubar, a *não* deixar seus vizinhos partirem para a destruição (pois eles sabiam que os judeus estavam sendo transportados para a destruição, é claro, embora muitos possam não ter sabido dos detalhes terríveis), e a *não* se tornarem cúmplices de todos esses crimes tirando proveito deles. Mas Deus sabe como eles tinham aprendido a resistir à tentação. (ARENDT, 1999, p. 167)

Dessa forma, ao encerrar esse ponto da discussão, que buscou aprofundar a aniquilação dos sujeitos e suas consequências, é importante afirmar a fundamental importância de uma educação crítica, que inclusive passa pela discussão e pelo debate dos fatos ocorridos, para que, como afirma Adorno (1995, p. 125), existam na sociedade sujeitos autônomos, capazes de se autodeterminar e de não aceitar que ocorram tais catástrofes novamente.

4. A CONSTRUÇÃO DE MECANISMOS DE SOBREVIVÊNCIA

Os campos de concentração de Auschwitz eram, como a costumeira alcunha os caracteriza, campos de extermínio. Houve, em momentos anteriores da guerra, outros campos de concentração dos quais muitos prisioneiros saíram com vida, pois eram, em sua maioria, presos políticos ou judeus com influência na sociedade europeia, que, portanto, conseguiam arcar com os custos de uma libertação ou tornavam-se nomes em torno dos quais se fazia muito alarde e cujo desaparecimento poderia causar problemas ao Reich. É dessa “primeira fase”¹² que surgem alguns relatos famosos, como o do psicanalista Bruno Bettelheim, que passou pelos campos de Dachau e Buchenwald – onde Robert Antelme também esteve preso – e que, mesmo tendo sido libertado em 1939, viveu experiências que pautaram seu trabalho nos anos seguintes e as quais dialogam em muito com os relatos de Primo Levi.

Depois da adoção sistemática da “solução final” em 1942, o complexo de Auschwitz serviu com aquilo que Levi (2016b, p. 130) chama de “eficiência alemã” ao propósito de exterminar em massa os sujeitos, destruindo, primeiro, qualquer aspecto de humanidade para, em seguida, eliminar mesmo os vestígios de seus corpos. Sobreviver ao *Lager* é, portanto, a exceção da regra, o não previsto ou a falha na execução do plano nazista em relação aos judeus. Não foram muitos os prisioneiros que saíram com vida dos campos e menor ainda é o número de relatos acerca disso a que se tem acesso.

No escopo da literatura testemunhal acerca da *Shoah*, como se viu, é necessário considerar os aspectos que envolvem os relatos: sua relação com o real e com aquilo que cada indivíduo conseguiu lembrar, simbolizar e transferir nos relatos que deixou. Não se pode ignorar, porém, que, como Levi afirma, a quem verdadeiramente chegou ao fundo não foi dado o direito nem mesmo a possibilidade de contar, já que a “demolição levada ao cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar sua morte [...] porque sua

¹² É possível pensar em dois momentos dos campos nazistas: a princípio, há os campos que serviam como espaços de concentração de prisioneiros para o trabalho escravo ou para detenção e tortura de inimigos políticos e, depois, a partir da adoção da “solução final”, entram em operação os campos de extermínio – dos quais os *Lager* de Auschwitz são o principal exemplo, mas não o único. Os judeus são a população predominante nesse segundo tipo. Historiadores como Saul Friedländer e Raul Hilberg, cujas obras estão referenciadas na bibliografia deste trabalho, têm publicações que apresentam, entre outros elementos, a história dos campos.

morte começara antes da morte corporal” (2016b, p. 67). Pode-se concluir, então, que a história dos sobreviventes é, em alguma medida, um exercício de narrar também em nome desses inúmeros outros.

Além disso, não se deve imaginar que a sobrevivência de qualquer indivíduo dependia única e exclusivamente da descoberta de algum artifício, mas, como Bettelheim argumenta, estava atrelada às condições a que os prisioneiros foram expostos e mesmo ao momento da guerra em que foram aprisionados:

[...] se desejamos falar de forma sensata sobre a sobrevivência, devemos dividi-la em dois aspectos que têm pouco a ver um com o outro. O primeiro aspecto é a libertação, e esta não depende absolutamente do prisioneiro, mas da decisão arbitrária dos carcereiros, ou do que lhes parece politicamente vantajoso, ou de sua derrota por forças externas. O segundo é o que o prisioneiro pode fazer para permanecer vivo até o momento em que, por acaso ou sorte, é libertado. [...] Qualquer discussão de sobrevivência é perigosamente enganadora se dá a impressão de que a questão principal é o que o prisioneiro pode fazer. (BETTELHEIM, 1989, p. 270)

Tendo isso em mente, é possível encontrar nos relatos de Primo Levi a ideia de que a sobrevivência está condicionada não só à resistência do corpo aos tormentos do campo ou à seleção do gás, mas também à resistência do indivíduo à destruição de sua personalidade. Se não facilmente desenvolvidas e adotadas por todos os prisioneiros nos primeiros contatos com os SS, algumas condutas são identificadas, posteriormente, como determinantes para aqueles que, de alguma forma, saíram com vida do *Lager*.

4.1 Primeiros contatos

Em *É isto um homem?*, Levi comenta ter havido certa incredulidade em relação ao destino do grupo de judeus do qual ele passou a fazer parte quando foi capturado em Fóssoli, no início de 1944. Essa incredulidade – no sentido do desejo de não crer e não da impossibilidade de acreditar – talvez fosse parte do mesmo autoengano que Arendt argumenta ter pairado sobre a sociedade alemã. Elie Wiesel, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1986 e também sobrevivente dos campos de Auschwitz, narra que sua comunidade de origem teve dificuldades em aceitar que a presença do exército alemão em suas ruas pudesse significar mudanças muito radicais: “a opinião geral era a de que ficaríamos no gueto até o fim da guerra, até a chegada do Exército Vermelho. Depois, tudo voltaria a ser como

antes. Quem reinava no gueto não era nem o alemão, nem o judeu: era a ilusão” (WIESEL, 2006, p. 19).

No entanto, em alguns grupos mais cedo, em outros mais tarde, esse comportamento aos poucos foi cedendo lugar à tomada de consciência do que significava o tratamento a que eram submetidos e qual era o destino dos vagões nos quais eles seriam colocados.

A noite [do transporte para Auschwitz] chegou, e todos compreenderam que olhos humanos não deveriam assistir, nem sobreviver a uma noite dessas. Nenhum dos guardas, italianos ou alemães, animou-se a vir até nós para ver o que fazem os homens quando sabem que vão morrer. (LEVI, 1988, p. 14)

Nesse cenário, antes mesmo da chegada ao campo de extermínio, uma atitude se destacou: a das mães que preparavam os víveres para a viagem. Aqui se identifica uma primeira espécie, consciente ou não, de resistência ao *Lager*, pois, mesmo na iminência da morte, as mulheres não deixaram de se organizar em torno das necessidades dos pequenos que delas dependiam e, assim, ao menos simbolicamente, não se permitiram morrer antes do tempo. Levi não conta muito dos campos femininos, mas, naquele momento, dentro de um dos apinhados vagões que tinham por objetivo transportá-los para a morte, ele se deparou com algo que, mais tarde, aprendeu no seu tormento diário: que cuidar de si e dos outros é uma das formas de continuar sendo humano. E, no local cujo alvo era a destruição da humanidade, permanecer como homem era a única maneira de sobreviver.

Quando chegou a Auschwitz, a capacidade de compreender algumas ordens em alemão deu a Levi a possibilidade de não ser o alvo mais fácil da ira dos SS e dos *Kapos* que, quando se deparavam com sujeitos que não os obedeciam – por, na imensa maioria dos casos, não compreenderem o idioma –, não tinham o menor receio em castigá-los com a brutalidade costumeira. A agressividade, como se viu, era parte do projeto de aniquilação da personalidade alheia, afinal, para os guardas, eram apenas peças aquilo que viam ser descarregado dos vagões, e esse processo, apesar da atrocidade que se daria na sequência, era conduzido “sempre com a pacata segurança de quem apenas cumpre com sua tarefa diária” (LEVI, 1988, p. 21).

Além disso, sem compreender o idioma em que circulavam as informações mais fundamentais, era difícil saber como agir naquele ambiente. Para Levi, se aqueles sujeitos tivessem conseguido comunicar-se com outros que,

estando há mais tempo ali, soubessem informá-los das maneiras de se conseguir comida, de escolher sapatos menos inadequados, de evitar situações de perigo com os SS e mesmo de esquivar-se de trabalhos mais desgastantes, suas existências poderiam ter sido alongadas. A morte desses sujeitos, livres à primeira vista do sufocamento pelo gás, deu-se logo em seguida pela “insuficiência de informação” (LEVI, 2016b, p. 75).

Primo Levi foi selecionado para fazer parte do grupo dos judeus que seriam enviados para a fábrica Buna, de Monowitz, próxima a Auschwitz (também identificada como Auschwitz III), cujo objetivo era a produção de borracha. A seleção de que ele fez parte, no entanto, não seguia critérios muito fixos e destinou a imensa maioria dos prisioneiros que o acompanharam nos vagões para as câmaras de gás.

[...] sabemos muito bem que, nessa escolha rápida e sumária, tinha-se julgado, para cada um de nós, se poderia ou não trabalhar de maneira útil para o Reich; sabemos que nos campos de Buna-Monowitz e Birkenau só entraram 96 homens e 29 mulheres do nosso trem, e que de todos os restantes (mais de 500) nenhum vivia mais dois dias depois [...] frequentemente adotou-se o sistema de abrir simultaneamente as portas dos dois lados dos vagões, sem aviso algum, nem instruções, aos recém-chegados. Entravam no campo os que, casualmente, tinham descido por um lado “certo”; os do outro lado iam para a câmara de gás. (LEVI, 1988, p. 22)

A partir disso, fica evidente que o objetivo era manter vivo o menor número possível de prisioneiros para destinar aos campos de trabalho, enquanto a imensa maioria era executada em massa nos fornos de Birkenau, *Lager* próximo ao primeiro campo de Auschwitz¹³ e construído principalmente para a execução da dita “solução final” da questão judaica. Os que escaparam dessa primeira seleção para o gás passaram, então, a viver no ambiente em que se dava a tentativa constante de aniquilação do sujeito promovida pela estrutura do campo. A proporção de sobreviventes deste segundo grupo não é muito diferente daquela dos que foram mortos logo na chegada.

¹³ O complexo de Auschwitz era composto por três espaços principais, além de vários “campos satélites”: os galpões mais antigos, do início dos anos 1940, formavam o *lager* Auschwitz I; a poucos quilômetros ficava o segundo campo, que começou a operar em 1942 e tinha a maior concentração de galpões e fornos crematórios, conhecido como Birkenau ou Auschwitz II; o terceiro campo, também próximo, era o que concentrava os prisioneiros destinados à fábrica Buna, de Monowitz, por isso ficou conhecido como Auschwitz III e foi o local onde Levi passou a maior parte de seu tempo como prisioneiro. Friedländer (2012, v. 2, p. 598-601) faz um breve histórico do início das operações com o gás em Auschwitz, bem como Hilberg (2016, v. 2, p.1086-1110), que inclusive apresenta alguns números do extermínio.

4.2 Preocupações imediatas

Um dos elementos que, a seu modo, possibilitou a alguns prisioneiros não sucumbirem ao cotidiano do trabalho no *Lager* foi a necessidade constante de suprir as inúmeras carências a que estavam expostos e a preocupação com elementos que se faziam fundamentais para o futuro próximo, já que não tinham grandes perspectivas de sobreviver durante anos àquela realidade. É, em certa medida, o que as mães do grupo de que Levi fez parte, em Fóssoli, fizeram ao cuidar, antes de mais nada, da comida de seus bebês.

A fome, a sede, a ausência de uma gamela e de colheres eram espécies de forças que feriam os prisioneiros com a mesma intensidade do frio que cortava suas peles, fazendo-os lembrar da falta de roupas, cobertores, sapatos e mesmo instalações adequadas. Essas privações precisavam ser resolvidas se cada um quisesse sobreviver um dia a mais e, assim que tais carências eram sanadas, era necessário se preocupar em como proteger do companheiro que estava próximo aquilo que havia sido alcançado, enquanto se trabalhava sem descanso, até a exaustão. Para Levi, há circunstâncias nas quais a fraternidade e a solidariedade desapareceram nos campos de concentração, locais em que o primeiro inimigo era seu vizinho, “cuja mera presença lhe rouba um palmo de catre [...] o que você lê nos olhos dele não é amor, e sim inveja, se sofre mais, ou medo, se sofre menos do que você” (LEVI, 2015, p. 133).

Essa constante tensão, que transformava os prisioneiros em animais que lutavam pela sobrevivência, quando não enlouquecia o indivíduo que tentava assimilá-la ou questionar a estrutura imposta, criava uma espécie de automatismo, que o permitia continuar operando – ou sendo operado – um pouco mais naquele sistema, se não cedesse à tentação da reflexão. Não se pode dizer que esse comportamento não era também consequência da aniquilação pretendida, pois, ainda que os prisioneiros não sucumbissem fisicamente, aos poucos se tornavam uma espécie de massa, na qual o indivíduo sequer era considerado, já que era apenas o produto do conjunto que formava.

Já não existe vontade [na marcha para o trabalho]; cada pulsação torna-se passo, contração reflexa dos músculos destruídos. Os alemães conseguiram isso. Dez mil prisioneiros, uma única máquina cinzenta; estão programados, não pensam, não querem. Marcham. Na marcha de saída e na de regresso, nunca faltam os SS. Quem poderia negar-lhes o direito de assistir a essa coreografia que eles criaram, à dança dos homens apagados, pelotão após pelotão, voltando e indo em direção à bruma? Que prova mais concreta de vitória? (LEVI, 1988, p. 71)

Levi percebe esse comportamento não dentro da massa, mas fora dela, quando, em um período de doença, é levado à enfermaria – *Ka-Be* – do campo. Ali, momentaneamente livre das carências e das agressões, foi capaz de sentir-se homem novamente e refletir sobre o processo ao qual ele e os demais judeus estavam sendo submetidos. As preocupações imediatas, ao contrário, tinham o poder de eliminar da mente dos indivíduos a possibilidade e mesmo o tempo de pensar sobre o que acontecia, fazendo-os tentar, muitas vezes a todo custo, escapar dos trabalhos mais intensos, das condições de tortura e mesmo da morte. Seguindo essa lógica, é possível identificar um produto dos campos nazistas: os proeminentes (LEVI, 1988, p. 133 et seq.), sujeitos que ocupavam posições dentro da organização do campo, serviam como funcionários – os *Kapos* são um exemplo dessa categoria – e, por consequência, tinham sua sobrevivência garantida por algum tempo.

O comum era que se tornassem proeminentes os prisioneiros não judeus, que eram encarregados de algumas funções pelo que se considerava, nos campos, uma superioridade natural. Contudo, alguns judeus, à custa de muito esforço e de renúncias a convenções morais, alcançavam esse patamar. Para Levi (1988, p. 133), “os ‘proeminentes’ judeus constituem um triste e notável fenômeno humano [...] típico produto da estrutura do Campo de Concentração alemão”, que se valia da opressão causada pela escravidão imposta para identificar, entre suas vítimas, aqueles que, para alcançar certos privilégios e confortos, estariam dispostos a trair seus semelhantes. Desse modo, era possível garantir que, confiando-lhes um grupo de “peças” do sistema, sua “capacidade de odiar, frustrada frente aos opressores, [se voltasse] insensatamente contra os oprimidos” (LEVI, 1988, p. 134), tratando-os de modo tão ou mais cruel do que aqueles que comandavam o sistema fariam.

Esse grupo dos prisioneiros funcionários formava, para Levi, uma “zona cinzenta” de homens que cediam em alguns aspectos para alcançar privilégios que lhes assegurassem alguma estabilidade dentro da organização nazista, evitando, assim, as câmaras de gás. Nesse grupo, mas de maneira nem sempre voluntária, encontravam-se os prisioneiros do *Sonderkommando*, que, em alguma medida, também colaboraram com o funcionamento do campo, ainda que os custos disso para sua própria integridade psíquica tenham sido altos e, ao fim, também tenham sido destinados à morte.

Em *É isto um homem?*, Levi apresenta, ainda, outros exemplos de comportamentos que, diversos entre si, garantiram a sobrevivência a alguns indivíduos. Tiveram sucesso os sujeitos frios e pragmáticos, que viam, nas relações com os demais, oportunidades ou inconveniências; também os prisioneiros que, envolvidos numa realidade própria, foram capazes de resistir à destruição da personalidade porque eram – ou se tornaram – sujeitos dementes¹⁴; ainda aqueles que, na estrutura do campo, lidavam com as situações por meio de estratégias, roubos e delações, que lhes garantiam alguns dias a mais de vida. De qualquer forma, “a não ser por grandes golpes de sorte, era praticamente impossível sobreviver sem renunciar a nada de seu próprio mundo moral” (LEVI, 1988, p. 136). Contudo, a sobrevivência de Levi, ao que seus textos indicam, não se deve a essas estratégias, mas à capacidade de entender a importância de não sucumbir às constantes tentativas de destruição da humanidade, realizadas, principalmente, pela onipresença das mesmas preocupações que impediam a reflexão.

A partir da estadia no *Ka-Be*, Levi afirma ser necessário sair daquela hipnose, espécie de encantamento que impossibilitava a consciência da realidade.

O *Ka-Be* é o Campo livre do sofrimento físico. Por isso, quem ainda possui um germe de consciência, recupera essa consciência; por isso, nos eternos dias vazios, a gente não fala apenas de fome e de trabalho; chegamos a considerar como nos transformaram [...] aprendemos que a nossa personalidade corre maior perigo que a própria vida. [...] Quando se trabalha, não há tempo de pensar, nossos lares são menos que uma lembrança. Aqui, porém, o tempo é nosso [...] está cheio de palavras, de lembranças e de uma dor diferente. *Heimweh*, chama-se em alemão essa dor. É uma palavra bonita; significa “dor do lar”. (LEVI, 1988, p. 76-77)

Esse se mostra, portanto, o caminho para romper com o projeto de destruição da personalidade: ousar refletir sobre o que o regime nazista fazia com seus principais alvos. Chegar nesse caminho, no entanto, era, na maioria das vezes, impossível, seja porque existiam as câmaras de gás que, depois de longas jornadas em vagões apertados ou de experiências em campos de concentração e trabalho forçado, levavam os judeus à imediata solução quando desembarcavam em Auschwitz; seja porque aqueles que sobreviviam, como visto, eram expostos a

¹⁴ O filme franco-romeno *Trem da vida* (*Tain de vie*) apresenta um personagem judeu que, preso num campo de concentração, imagina uma realidade fantasiosa na qual sua comunidade consegue escapar dos nazistas em um trem que cruza a Europa em plena guerra. Essa realidade imaginária é a válvula de escape do personagem – desde o início caracterizado como louco – para encarar a realidade imediata do campo. Parece um bom exemplo daquilo que Levi (1988, p. 143) diz ser “o espécime humano mais adequado a esta maneira de viver”.

rotinas que os esgotavam ou, pior, eram selecionados para o trabalho nos *Sonderkommandos*, sobre o qual quem refletia quase sempre não resistia a si mesmo e enlouquecia.

4.3 Sujeitos ou objetos?

Bruno Bettelheim não viveu nos campos no período da “solução final”, adotada de 1942 em diante, mas, como prisioneiro de origem judia, enfrentou o tratamento reservado a esse grupo nos campos de concentração pelos quais passou. Em seus trabalhos posteriores sobre o *Lager*, defende que a preservação de uma mínima consciência de si e daquilo que acontecia foi fundamental para sua sobrevivência¹⁵, já que essa era a saída para “frustrar o mais possível os esforços implacáveis da SS para destruir o moral dos prisioneiros” (BETTELHEIM, 1989, p. 24). Para Bettelheim, era determinante proteger o indivíduo da destruição de sua personalidade, o que era possível, por exemplo, separando do sujeito que recebia a ofensa o objeto que era alvo dos nazistas.

O autor não tem dúvidas de que foi capaz de suportar o transporte e tudo que se seguiu, desde o início, convencendo-se de que estas horróveis e degradantes experiências de algum modo não estavam acontecendo com “ele” como indivíduo, mas apenas a “ele” como um objeto. A importância de tal atitude foi comprovada por declarações de muitos prisioneiros. (BETTELHEIM, 1989, p. 66)

Ainda que não concorde completamente com algumas perspectivas da psicanálise¹⁶, Levi relata procedimentos que aprendeu a adotar e que, em certa medida, corroboram, se não a tese de separação entre sujeito e objeto, ao menos a importância de manter a consciência e enxergar-se como um indivíduo humano. Em seus primeiros dias de *Lager*, ignorava a relevância de manter-se limpo, inclusive pela dificuldade de fazê-lo, já que muitos dos prisioneiros que lavavam o rosto faziam isso com água suja e, na prática, não obtinham um resultado muito diferente da situação inicial.

¹⁵ Agamben (2008, p. 54) comenta que “Embora, naqueles anos [1938-39], as condições de vida no Lager não fossem comparáveis às de Auschwitz, Bettelheim [...] logo se deu conta das inauditas transformações que a ‘situação extrema’ produzia na personalidade dos internados”.

¹⁶ Sobre algumas análises de psicanalistas, Levi diz em *Os afogados e os sobreviventes* serem algo “construído e verificado ‘fora’, no mundo que por simplicidade chamamos de civilizado: reproduz-lhe a fenomenologia e tenta explicá-la; estuda-lhes os desvios e tenta curá-los. Suas interpretações, mesmo aquelas de quem, como Bruno Bettelheim, passou pela prova do Lager, me parecem aproximativas e simplificadas, como as de quem quisesse aplicar os teoremas da geometria plana à resolução dos triângulos esféricos” (LEVI, 2016b, p. 67, grifos nossos).

Se tal hábito pouco adiantava do ponto de vista higiênico, “é extremamente importante, porém, como sintoma de resídua vitalidade, e essencial como meio de sobrevivência moral” (LEVI, 1988, p. 53). Ao observar prisioneiros mais antigos que insistiam no ritual da higiene, Levi aos poucos percebeu a resistência simbólica de tal atitude, que Todorov (2017, p. 99) chamará de “respeito de si”: esforçando-se para manter-se limpo, o indivíduo permanecia como homem e, se o *Lager* é a máquina de destruir o homem, lavar-se todos os dias significava romper com a estrutura ao dedicar a si mesmo um tratamento minimamente digno.

Justamente porque o Campo é uma grande engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais; até num lugar como este, pode-se sobreviver, *para relatar a verdade, para dar nosso depoimento*; e, *para viver, é essencial esforçar-nos* por salvar ao menos a estrutura, a forma da civilização. Sim, somos escravos, despojados de qualquer direito, expostos a qualquer injúria, destinados a uma morte quase certa, mas ainda nos resta uma opção. Devemos nos esforçar para defendê-la a todo custo, justamente porque é a última: a opção de recusar nosso consentimento. (LEVI, 1988, p. 55, grifos nossos)

É quase paradoxal que a obrigação do asseio, a necessidade de manter arrumados os galpões em que os prisioneiros dormiam, a cobrança pelo cumprimento de um regulamento interno, que aos carrascos parecia uma forma a mais de humilhar seus cativos, fosse, quando adotada conscientemente e tendo em vista a totalidade do que significava, uma maneira de resistir ao próprio *Lager*. Na maioria dos casos, no entanto, os judeus, exaustos de tantas humilhações, viam na severidade do controle das normas de higiene e organização do campo apenas mais uma forma de os alemães se imporem como superiores a seus inimigos, as “peças” que deviam ser utilizadas e, depois, destruídas.

4.4 Um motivo para sobreviver

Nos destaques dados a esse último trecho da obra de Primo Levi, fica claro, ainda, outro aspecto que vai, pouco a pouco, tomando suas reflexões: é necessário querer sobreviver. É evidente que todo indivíduo luta por sua própria vida, mas, no aparelho nazista de destruição, aos poucos, os sujeitos não se reconheciam em si mesmos e era uma consequência natural desistirem de permanecer vivos: viver ou morrer não fazia tanta diferença, mas, se havia alguma, era a de que na morte não se poderia sofrer com as agressões e ofensas – por isso, como já se apresentou, nos campos o suicídio era proibido e eram tomadas medidas radicais para impedi-lo. Para esses prisioneiros que, ainda vivos, perdiam qualquer

aspecto de resistência e entregavam-se aos intermináveis dias de escravidão até à morte por fome, frio, doenças ou pela seleção para o gás, a experiência do campo cunhou um termo: *Muselmann* – muçulmano.

Sucumbir é mais fácil: basta executar cada ordem recebida, comer apenas a ração do dia, obedecer à disciplina do trabalho e do Campo. Desse modo, a experiência demonstra que não se aguenta quase nunca mais do que três meses. A história – ou melhor, a não-história – de todos os “muçulmanos” que vão para o gás, é sempre a mesma. [...] A sua vida é curta, mas seu número é imenso; são eles, os “muçulmanos”, os submersos, são eles a força do Campo: a multidão anônima, continuamente renovada e sempre igual, dos não homens que marcham e se esforçam em silêncio. (LEVI, 1988, p. 131-132)

Agamben (2008, p. 52-53) apresenta algumas explicações sobre a origem do termo, mas defende que a mais provável seja a relação com o sentido literal do termo *muslim*, em árabe, referente ao indivíduo que se submete incondicionalmente à vontade daquele que identifica como deus. Se, na religião, essa submissão é voluntária e consciente, nos campos, pelo contrário, era imposta e condicionada. Outra hipótese a ser considerada é a de que o termo fizesse alusão à posição dos prisioneiros que chegavam a esse estado: sempre curvados pela dor, pela fome ou pelas doenças que enfrentavam, assemelhavam-se aos muçulmanos em sua estereotipada forma de oração. De toda forma, uma observação de Agamben (2008, p. 53) é crucial: “o certo é que, com uma espécie de feroz autoironia, os judeus sabem que em Auschwitz não morreram como judeus”. Nem sua humanidade nem, simbolicamente, sua pertença étnica ou religiosa serão preservadas.

Para Bettelheim (1989, p. 274) só um prisioneiro que encontrasse um motivo pelo qual queria sobreviver seria capaz de resistir e, portanto, não se tornaria um muçulmano. Esses motivos poderiam ser de ordem pessoal, como vingar-se da ofensa; de ordem afetiva, como reencontrar alguém que era querido, ou, até mesmo, partir de certo componente social, como a necessidade de contar, de testemunhar aquilo que se viveu no *Lager*. Independentemente da justificativa, era fundamental não ceder ao campo que os forçava a abandonar qualquer esperança.

Nos testemunhos de Primo Levi, não se destaca o desejo de vingança¹⁷. As duras palavras que usa parecem mais consequência do que viveu e mesmo

¹⁷ Exceção notável desse aspecto é o poema “*Para Adolf Eichmann*”, de 1960. Publicado meses após a divulgação da captura de Eichmann, um dos principais responsáveis pela aplicação e organização da “solução final”, tem como versos finais, na tradução de Maurício Santana Dias: “Ó filho da morte, não lhe desejamos a morte./ Que você viva tanto quanto ninguém nunca viveu:/ Que viva insone cinco milhões de noites,/ E que toda noite lhe visite a dor de cada um que viu/ Encerrar-se a porta

termos adequados ao horror pelo qual passou do que esperança de que outros paguem por aquilo – e quem seriam esses outros, afinal, já que, como se discutiu, quem atira nem sempre é mais culpado do que a cadeia de ordens que tem atrás de si?

Além disso, ainda que haja a figura do amigo Alberto, com quem passou quase todo o tempo no campo, bem como a família, que havia deixado em casa, não se pode dizer, com base em seus testemunhos, que sejam essas relações o elemento fundamental que mantinha seu desejo de resistir. Da teoria de Bettelheim, restaria, então, o anseio por testemunhar, este, sim, nítido na obra de Levi, mas envolto nas sombras da incerteza e do medo diante do horror a ser revelado.

Talvez sobrevivamos às doenças e escapemos às seleções, talvez aguentemos o trabalho e a fome que nos consomem, mas, e depois? Aqui [na enfermaria], longe (por enquanto) das blasfêmias e das pancadas, podemos retornar dentro de nós mesmos e refletir, e torna-se claro, então, que voltaremos. Viajamos até aqui nos vagões chumbados; vimos partir rumo ao nada nossas mulheres e nossas crianças; nós, feito escravos, marchamos cem vezes, ida e volta, para nossa fadiga, apagados na alma antes que pela morte anônima. Não voltaremos. Ninguém deve sair daqui; poderia levar ao mundo, junto com a marca gravada na carne, a má nova daquilo que, em Auschwitz, o homem chegou a fazer do homem. (LEVI, 1988, p. 77-78)

Para Levi a sobrevivência parece estar mais atrelada à manutenção da consciência do que, necessariamente, a um objetivo posterior. O desejo parece ser mesmo manter-se lúcido para manter-se homem, durante o maior tempo possível. Esse empenho – e a necessidade dele – vai tomando forma nos hábitos de Levi, tanto no já citado aspecto do asseio higiênico quanto nas oportunidades que tem de, momentaneamente, desligar-se do horror em que vive. Uma dessas chances se dá quando, ensinando a um outro prisioneiro a língua italiana, o faz esforçando-se para lembrar versos de Dante. O capítulo de *É isto um homem?* em que Levi relata essa experiência é, por si só, uma espécie de suspensão na narrativa caótica sobre o *Lager*.

Recitando o que consegue lembrar, Levi se depara com os versos 118-120 do Canto XXVI do *Inferno*:

que barrou o caminho de volta,/ O breu crescer em torno de si, o ar carregar-se de morte (LEVI, 2019a, p. 47). É essa a retaliação desejada por Levi: viver para ter diante de si, nas noites de vigília, aqueles que, sem qualquer culpa, foram julgados inimigos e indignos até mesmo de serem considerados humanos. Na “sentença de vida”, como castigo eterno para lembrar de um mundo em que Auschwitz existiu, repousa um dos raros desejos de vingança expressos na obra de Primo Levi.

*Considerate la vostra semenza:
fatti non foste a viver come bruti,
ma per seguir virtute e canoscenza*¹⁸

Nesse momento, a poesia monumento de seu país tem a força de levar Levi a, em suas próprias palavras, esquecer-se de quem é e de onde está (LEVI, 1988, p. 167). Em seguida, no desejo de prosseguir com o texto, depara-se com a incapacidade de lembrar os versos que se seguem ao 135º. “Eu renunciaria à minha ração de sopa para poder ligar ‘*non ne avevo alcuna*’ com os versos finais” (LEVI, 1988, p. 169). A angústia que o esquecimento lhe causava, superando quaisquer outras necessidades a ponto de ser comparada às preocupações imediatas do campo, era motivada pelos versos:

*Noi ci allegrammo, e tosto tornò in pianto
ché de la nova terra un turbo nacque
e percosse del legno il primo canto*¹⁹

O que a memória de Levi não conseguiu retomar no *Lager* é uma espécie de aviso de que a alegria – ou, naquele caso, ao menos a momentânea suspensão do horror – não duraria para sempre. Os versos finais desse canto, dos quais Levi se recorda, fazem o trabalho de devolvê-lo à realidade: “*infin che 'l mar fu sovra noi richiuso*” – “até que o mar foi sobre nós fechado”²⁰.

Ainda que o mar que o envolvia durante as aulas sobre Dante se fechasse, o caminho para a preservação de si mesmo estava traçado. No esforço de continuar nele, um trabalhador externo da fábrica de Buna tem papel determinante: é o operário Lourenço, que, sem pedir nada em troca e arriscando a própria vida, levou pão e parte de suas refeições para Levi durante seis meses. Essa ação não era como a de alguns outros operários que faziam das relações com os prisioneiros uma oportunidade de comércio ou que, para livrar-se dos incômodos olhares famintos, lançavam suas sobras para serem disputadas. Em Lourenço, Levi enxergava a bondade desinteressada e a esperança de que tal sentimento ainda existisse no mundo além do arrame farpado.

Não sei se tem sentido tentar identificar as causas pelas quais a minha vida, só a minha entre milhares de vidas equivalentes, pôde resistir à prova; em todo caso, creio que devo justamente a Lourenço o fato de estar vivo hoje.

¹⁸ Na tradução de Italo Eugenio Mauro: “Considerai a vossa procedência/ não fostes feitos para viver quais brutos, / mas pra buscar virtude e sapiência” (ALIGHIERI, 2014, p. 179).

¹⁹ Na mesma tradução: “Nossa alegria logo volveu-se em pranto/ que um remoinho dela levantou/ e feriu o lenho num fronteiro canto” (ALIGHIERI, 2014, p. 180).

²⁰ Na mesma tradução (ALIGHIERI, 2014, p. 180).

E não só por sua ajuda material, mas por ter-me ele lembrado constantemente (com sua presença, com esse seu jeito tão simples e fácil de ser bom) que ainda existia um mundo justo, fora do nosso [...] uma remota possibilidade de bem pela qual valia a pena conservar-se. Os personagens destas páginas não são homens. A sua humanidade ficou sufocada, ou eles mesmos a sufocaram, sob a ofensa padecida ou infligida a outros. [...] Lourenço, não. Lourenço era um homem; sua humanidade era pura, incontaminada, ele estava fora desse mundo de negação. Graças a Lourenço, não esqueci que eu também era um homem. (LEVI, 1988, p. 180)

É possível dizer que a ajuda de Lourenço possibilitou que Levi não se alienasse do campo, cedendo à transformação esperada pela estrutura nazista. Isso permitiu que, alguns meses depois do ingresso em Auschwitz, quando fosse selecionado para o trabalho no laboratório químico da fábrica, Levi ainda estivesse em condições de exercer sua profissão de origem, o que seria impossível se já não fosse mais um homem, mas, na linguagem do *Lager*, um muçulmano.

O trabalho no laboratório lhe rendeu camisas novas e o direito de barbear-se com alguma frequência. Além disso, foi nesse ambiente fechado e aquecido que ele trabalhou durante os meses de inverno, o que significava menores probabilidades de adoecer e ser escolhido em uma das seleções para as câmaras de gás, que a essa altura aconteciam com uma frequência cada vez maior devido à necessidade de eliminar o sempre crescente número de prisioneiros – especialmente judeus – de Auschwitz. Foi, sobretudo, por efeito do trabalho no laboratório químico que Primo Levi teve novos despertares de consciência, que foram, ao mesmo tempo, sua salvação e seu suplício.

No instante, porém, em que de manhã estou livre da fúria do vento e transponho o umbral do Laboratório, aparece a companheira de todo o momento de trégua, da enfermaria, dos domingos de folga: a pena de lembrar, o velho tormento feroz de me sentir homem que, logo que a consciência sai das trevas, me acua de repente como um cachorro que morde. Então pego lápis e caderno e escrevo o que não saberia confiar a ninguém. (LEVI, 1988, p. 208)

Mais tarde, será por meio da escrita que Primo Levi anunciará ao mundo a *Shoah*: aquilo que o homem fez do homem em Auschwitz. Ao tentar explicar as bases de tal evento, Levi (1988, p. 156) aponta o que denomina “essência da loucura do Terceiro Reich”: o fato de que entre carrascos e vítimas não havia qualquer identificação, porque os primeiros sequer viam aquilo que buscavam destruir como seres humanos.

Talvez tenha me ajudado também meu interesse, que nunca diminuiu, pela alma humana e a vontade não somente de sobreviver (que era comum a muitos), mas de sobreviver com o objetivo preciso de contar as coisas a que

nós assistimos e que nós suportamos. (LEVI, 2019b, p. 191, tradução nossa)²¹

Sobrevivendo ao *Lager* por uma combinação daquilo que entende ser a sorte de compreender a língua, de ser químico num campo ao lado de uma fábrica de borracha sintética, de ter sido ajudado por alguém que nada lhe cobrava e, finalmente, de ter sido capaz de manter a consciência do que sofria e de que era, ainda, um homem, Primo Levi tem, diante de si, a escolha de tentar apagar da memória o que viveu – o que certamente seria impossível por completo – ou narrar. Ao escolher o segundo caminho, Levi construiu, como se sabe, um dos monumentos da literatura testemunhal, e é nesse processo de escrita e em algumas questões relativas a ele que se concentrará a última parte deste trabalho.

²¹ No original: “[...] forse mi ha aiutato anche il mio interesse, mai venuto meno, per l’animo umano, e la volontà non soltanto di sopravvivere (che era comune al molti), ma di sopravvivere allo scopo preciso di raccontare le cose a cui avevamo assistito e che avevamo sopportate”. Esse trecho é parte do apêndice escrito pelo próprio Levi para a edição escolar de 1976 do livro *É isto um homem?*, que se tornou comum nas edições seguintes. De acordo com o próprio autor, o texto, escrito em formato de perguntas e respostas, foi pensado para atender às questões que normalmente eram feitas pelos leitores mais jovens.

5. A EXCEÇÃO QUE É SOBREVIVER AO CAMPO

Aqueles que ingressaram nos campos de extermínio, como se demonstrou e de acordo com uma extensa gama de pesquisadores, em sua imensa maioria, não saíram dali com vida, seja porque foram mortos logo após o desembarque, seja porque a dinâmica do *Lager* os levou, aos poucos, à morte. Uma pequena parcela não teve tais destinos e precisou lidar com aquilo que Bettelheim (1988, p. 33) chama de “consequência dos campos: a sobrevivência”. Essa experiência, na obra de Primo Levi, está frequentemente associada à ideia de sorte – *É isto um homem?* começa com “por minha sorte, fui deportado para Auschwitz só em 1944, depois que o governo alemão, em vista da crescente escassez de mão de obra resolveu prolongar a vida média dos prisioneiros” (LEVI, 1988, p. 7) –, já que as formas pelas quais ele conseguiu sair com vida do campo pouco dependeram de uma resistência ativa ou de uma tentativa de, aliando-se aos carrascos – como alguns prisioneiros fizeram –, livrar-se dos castigos e seleções.

O acaso permitiu que, no lugar criado com o intuito de destruir judeus, Levi fosse sendo excluído das seleções porque parecia apto ao trabalho; mais tarde, fosse conseguindo resistir porque recebeu ajuda, suportar o inverno porque foi considerado útil à fábrica e, por fim, sobreviver porque adoeceu naquilo que entende ter sido o momento ideal, “na ocasião em que o Campo de concentração foi abandonado pelos alemães, que, por razões misteriosas, se abstiveram ou se esqueceram de exterminar os doentes que não podiam segui-los” (LEVI, 2015, p. 152), às vésperas da tomada de Auschwitz pelo exército russo.

Diante da sobrevivência, dois comportamentos têm destaque na obra de Primo Levi: a necessidade de narrar aquilo que aconteceu e – com uma força extraordinária e dolorosa em seu último trabalho – a culpa por ter sobrevivido. São esses os aspectos que serão analisados na sequência.

5.1 A necessidade de narrar

Ainda no *Lager*, Levi teve sonhos, variados nos ambientes, mas semelhantes no conteúdo, nos quais se imaginava fora de Auschwitz, livre, encontrando-se com os familiares e começando a relatar tudo que viveu. No sonho, entretanto, as pessoas não o escutavam, levantavam-se, davam as costas e iam embora. Ao revelar tais sonhos para o amigo Alberto, soube que esse também era

um sonho dele e de muitos outros prisioneiros. Nas notas a uma adaptação dramatúrgica de *É isto um homem?*, feita em 1966, Levi afirma:

[...] para muitos de nós [prisioneiros] a esperança de sobreviver se identificava com outra esperança mais precisa: não a de viver e contar, mas a de viver *para* contar. É o sonho dos sobreviventes de todos os tempos, do forte e do covarde, do poeta e do simples, de Ulisses e do Ruzante. (LEVI, 2016a, p. 40, grifos do autor)

Essa narração, como se viu, é sempre incompleta quando se tem em mente a totalidade da experiência dos campos de extermínio, pois, como Levi insiste em lembrar, “a história dos *Lager* foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tatearam o seu fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão” (LEVI, 2016b, p. 12). Agamben (2008, p. 151) denomina “paradoxo de Levi” essa “impossibilidade” de testemunhar em nome daqueles que sucumbiram ao mesmo tempo em que se tem a necessidade de relatar o que aconteceu dentro dos limites de Auschwitz.

No entanto, apesar de Levi não se enxergar como a real testemunha, o indivíduo mais qualificado para relatar a aniquilação do homem, sua experiência – e o testemunho dela – é fundamental para entender o funcionamento do campo. Arendt (1999, p. 251), escrevendo sobre o julgamento de Eichmann, conta o episódio em que uma testemunha, que não falou por mais de dez minutos, foi capaz de revelar o que viu do absurdo dos campos e a fez pensar que “todo mundo devia ter seu dia [de testemunha] na corte”.

Também sobre essa questão, Todorov afirma que

[os] prisioneiros dos campos viveram uma experiência extrema: é seu dever, diante da humanidade, relatar com toda honestidade o que viram e sentiram, pois há para ela um enriquecimento, mesmo na experiência mais terrível; somente o esquecimento definitivo mobiliza o desespero. Do ponto de vista não mais de si, mas da humanidade (que cada um pode, por sua vez, emprestar), uma vida não é vivida em vão se dela restar um rastro. [...] Este é o porquê de os que morrem pedirem aos sobreviventes: lembrem-se de tudo e contem, não somente para combater os campos de concentração, mas também para que nossa vida, tendo deixado um rastro, conserve um sentido. (TODOROV, 2017, p. 145)

Relatar o que se viu e viveu é, em certa medida, uma tentativa de organizar a experiência no *Lager*, o que, para o sobrevivente, tem equivalência com a satisfação da fome, por exemplo. Levi diz que os dois sonhos mais comuns entre os prisioneiros eram o de narrar e não ser ouvido e o de, diante de alimentos, serem

impedidos de consumi-los no imediato instante antes de levá-los à boca, já que o desejo de comer e o de narrar “estavam no mesmo plano de necessidade básica. A comida que se afastava e a narrativa que não se completava envolvem a mesma angústia da necessidade insatisfeita” (LEVI, 2016a, p. 170). Suprir essa demanda, no entanto, não é um exercício fácil para o próprio sobrevivente porque, além do trauma a ser encarado, a língua muitas vezes não dá conta do que precisa relatar.

Não é fácil transmitir com palavras o que é viver num campo de concentração. Pior ainda é ser breve. Dizemos fome, mas é uma coisa diferente do que todos conhecem, é uma fome crônica que não reside mais nas vísceras, mas no cérebro, transformou-se em obsessão, que não se esquece em nenhum instante do dia ou da noite, do início ao fim do sono. (LEVI, 2015, p. 96-97)

Levi esbarra na questão linguística²² e chega a afirmar que, se o campo tivesse durado alguns anos a mais, é provável que de lá nascesse uma “nova, áspera linguagem” (LEVI, 1988, p. 182) – vê-se isso já nos usos de alguns verbos, como *fressen* para a forma de os prisioneiros se alimentarem. Para ele, as palavras comuns, de homens livres, não são suficientes e não refletem a dimensão da fome, do frio, do medo e da dor a que os judeus foram submetidos nos campos de extermínio. Ainda assim, com a honestidade de declarar as insuficiências da linguagem e sua limitação como testemunha, Levi se empenha em contar aquilo que viveu.

Essa é a experiência da qual saí e que me marcou profundamente; seu símbolo é a tatuagem que até hoje trago no braço: meu nome de quando eu não tinha nome, o número 174517. Marcou-me, mas não me tirou o desejo de viver, pelo contrário, aumentou-o, porque conferiu uma finalidade à minha vida: a de dar testemunho, para que nada semelhante volte a acontecer. É para isso que escrevo meus livros. (LEVI, 2015, p. 153)

Encontrar na escrita uma finalidade para sua vida após Auschwitz não significa, contudo, que Levi entenda que sobreviveu porque devia contar. Para Levi, o testemunho é consequência, mas jamais a causa de sua sobrevivência. A

²²O filólogo Victor Klemperer tem um estudo detalhado sobre a linguagem do período nazista, *LTI - Lingua Tertii Imperii*, referenciado na bibliografia deste trabalho. Entre outros pontos, Klemperer demonstra como algumas palavras assumiram significados novos a partir dos usos que o regime totalitário fez delas. O nazismo também criou novos termos – muitas vezes frutos do contato entre os diversos idiomas falados nos *Lager* – que tentavam dar nome ao que se passava ali: “[a] linguagem nazista usa empréstimos do estrangeiro e absorve muito do alemão pré-hitlerista. Mas altera o sentido das palavras e a frequência de seu uso [...] envenena palavras e formas sintáticas. Adapta a língua ao seu sistema terrível e, com ela, conquista o meio de propaganda mais poderoso, ao mesmo tempo o mais público e o mais secreto” (KLEMPERER, 2009, p. 56). Klemperer discute, ainda, como o horror das ações promovidas era mascarado por uma linguagem repleta de eufemismos, tema que já apareceu neste trabalho sob a perspectiva de Todorov (2002, p. 137). Todas essas ideias estão presentes nos relatos de Primo Levi.

sugestão de um amigo, que relaciona à capacidade de relatar certa predestinação a sair com vida do campo, assombra Levi, que não vê na tarefa desempenhada qualquer justificativa que minimize o horror sentido por entender ter sobrevivido, não *apesar* da morte de outros, mas *porque* outros morreram e não ele.

[Um amigo] disse-me que o fato de ter sobrevivido não podia ter sido obra do acaso, de um acúmulo de circunstâncias afortunadas (como sustentava e como ainda sustento), mas sim da Providência. [...] Talvez porque escrevesse, e, escrevendo, trouxesse um testemunho. [...] Essa opinião me pareceu monstruosa. [...] Decerto me sentia inocente, mas, arrolado entre os sobreviventes, buscava permanentemente uma justificativa diante de meus olhos e dos de outros. Sobreviviam os piores, isto é, os mais adaptados; os melhores, todos, morreram. [...] A ideia de que o privilégio de sobreviver aos outros e de viver por muitos anos sem maiores problemas tenha propiciado este meu testemunho, esta ideia me inquieta, porque não vejo proporção entre o privilégio e o resultado. (LEVI, 2016b, p. 65-66)

Após sua libertação, a ideia de sorte e acaso como causas de sua sobrevivência, se não satisfaz todas as angústias de Levi, ao menos parece adiar uma pergunta que surgirá mais tarde: “E por que justamente eu?” (LEVI, 2016b, p. 65). A ausência de uma solução para esse enigma será acompanhada de importantes e dolorosas reflexões.

5.2 A culpa de sobreviver

A dinâmica do campo de extermínio, pautada em execuções constantes, seja imediatamente após a entrada dos prisioneiros, com as câmaras de gás, seja de diversas outras formas nos dias e meses daqueles que continuavam vivos um pouco mais de tempo, criava entre os prisioneiros a tensão do indivíduo que se vê o tempo todo à beira da morte. Antes de tornarem-se, na linguagem do *Lager*, muçulmanos e passarem a aceitar, sem muita resistência, as ordens arbitrárias dos comandantes, era comum – e esperado – que os judeus resistissem e tentassem sobreviver. A questão é que, num espaço em que a morte é a regra, quando um sujeito sobrevive é porque outro, e não ele, morreu.

É evidente que os culpados não são os sobreviventes, e, sim, aqueles que concentraram homens, mulheres, crianças e idosos numa situação extrema com o fim único de exterminá-los. Para muitos dos sobreviventes, no entanto, pequenas ações suas poderiam ter ajudado a impedir a morte de outra pessoa ou, no caminho inverso, foram determinantes para que ela acontecesse. Bettelheim aponta que

[uma] voz, a da razão, tenta responder à questão de “Por que fui salvo?” com “Foi pura sorte, simples casualidade, não há qualquer outra resposta para a pergunta”; enquanto a voz da consciência replica: “É verdade, mas a

razão de você ter tido a chance de sobreviver foi que algum prisioneiro morreu em seu lugar”. [...] E há sempre a acusação final para a qual não existe uma resposta aceitável: “Você se alegrou de que fosse um outro que tivesse morrido, e não você”. (BETTELHEIM, 1989, p. 36)

Em *Os afogados e os sobreviventes*, Levi trata da questão da culpa de modo especial no capítulo “A Vergonha”, no qual circula em torno das mesmas perguntas de Bettelheim e, ainda que saiba não ser culpado, não consegue evitar sentir-se como tal diante do fato de ter sobrevivido, de ter tido tanta “sorte” quando muitos outros sucumbiram, pois, se “o campo é um lugar onde cada ser luta para ter uma colherada de sopa ou um gole de água a mais [...] isso significa que algum outro terá uma a menos, e essa falta pode matar” (TODOROV, 2017, p. 383). Levi já havia descrito, em seus livros e textos anteriores, diversas figuras que, na organização dos campos de concentração e extermínio, valiam-se das mais diversas estratégias, renunciando a qualquer tipo de moralidade, para conseguir uma posição na hierarquia, no intuito de alcançar confortos e regalias negados aos demais, mas, no limite, com a intenção de sobreviver um dia a mais e escapar das seleções.

Nas atitudes cruéis de alguns dos “proeminentes”, é comum que se enxergue culpa, já que, ao não se recusarem a colaborar com o sistema, acabaram cedendo à sedução de fazer parte do grupo dominante – ao menos em parte – e, ali, se depararam com aquilo que Levi diz ser, na melhor das hipóteses, “uma gratificação enganosa e uma salvação destruidora” (LEVI, 2016a, p. 60). Um aspecto importante a se considerar é o fato de que, como aponta Todorov, quando em situações extremas, nas quais as ações individuais são condicionadas pela necessidade de sobreviver, a liberdade é inexistente e não se pode alegar um exercício de vontade, por isso, “onde não há escolha, também não há mais lugar para qualquer vida moral” (TODOROV, 2017, p. 53). Bettelheim, ao tratar da questão moral nas escolhas dos prisioneiros, diz que “a questão da culpa está intimamente ligada à da moralidade. Em um mundo que não tem lugar para a moralidade, a culpa não pode existir” (BETTELHEIM, 1989, p. 277).

Primo Levi, contudo, longe de ter agido como um proeminente, vê em alguns episódios que viveu dentro de Auschwitz motivo suficiente para que sua consciência o atormente. É o caso do momento em que, em pleno verão, quando os prisioneiros se encontravam com dificuldade de conseguir água potável para matar a sede, Levi se viu diante de uma torneira que gotejava um resto de água de um cano.

O êxtase da descoberta o levou a pensar em algumas possibilidades: beber tudo sozinho; guardar segredo e reservar água para o dia seguinte; dividi-la com o amigo Alberto ou com toda a equipe. Acabou decidindo por aquilo que denomina “egoísmo estendido a quem lhe está mais vizinho [...] ‘nós-ismo’” (LEVI, 2016b, p. 63) e partilhou a água apenas com o amigo. Por si, a atitude não parece condenável, mas na sequência Levi avistou outro prisioneiro que passava sujo e com lábios rachados. O homem os reconheceu naquela ocasião e, tempos depois, quando ambos já estavam livres, questionou o motivo de não terem dividido a água com ele. A vergonha que essa conduta gera leva Primo Levi a refletir sobre quais seriam os seus próprios limites de ação quando o que estivesse em questão fosse a sua sobrevivência em detrimento da vida de outro.

Você tem vergonha porque está vivo no lugar de outro? E, particularmente, de um homem mais generoso, mais sensível, mais sábio, mais útil, mais digno de viver? É impossível evitar isso: você se examina, repassa todas as suas recordações, esperando encontrá-las todas, e que nenhuma delas se tenha mascarado ou travestido; não, você não vê transgressões evidentes não defraudou ninguém, não espancou (mas teria força para tanto?), não aceitou encargos (mas não lhe ofereceram...), não roubou o pão de ninguém; no entanto, é impossível evitar. É só uma suposição ou, antes, a sombra de uma suspeita: a de que cada qual seja o Caim do seu irmão e cada um de nós (mas desta vez digo “nós” num sentido muito amplo, ou melhor, universal) tenha defraudado seu próximo, vivendo no lugar dele. É uma suposição, mas corrói. (LEVI, 2016b, p. 64)

A questão que parece surgir é: se um indivíduo sobreviveu também porque, em um único momento, agiu de maneira egoísta, isso não o coloca dentro da zona cinzenta? Ainda que no limite oposto ao de figuras monstruosas, que eventualmente foram capazes de um gesto mínimo de solidariedade – o episódio do *Sonderkommando* diante de alguém que sobrevive ao gás –, não estariam todos os sobreviventes dentro do grupo daqueles para quem a morte de outro foi por um momento um alívio – porque não foi a sua própria – e não uma imensa dor?

[...] Desde então, em hora incerta,
Aquele pena retorna,
E se não acha quem o escute
No peito o coração lhe queima.
Revê os rostos dos companheiros²³.
(LEVI, 2019a, p. 111)

A imagem daqueles que sucumbiram retorna a todo instante e, no mesmo poema, vê-se um desejo de libertar-se do peso da culpa quando, nos versos finais,

²³ Versos do poema *O sobrevivente (Il superstite)*, na tradução de Maurício Santana Dias.

vem uma grande exclamação: “[...] Não tenho culpa se vivo e respiro/ e como e bebo e durmo e visto roupas²⁴” (LEVI, 2019a, p. 111). Levi, no entanto, parece não convencer a si mesmo dessa afirmação. Todorov (2017, p. 383 et seq.), comentando a existência da vergonha e da culpa nos escritos de alguns sobreviventes da *Shoah*, lembra que a autoacusação em relação à própria sobrevivência é, na maioria das vezes, injusta, mas nem por isso deixa de ser compartilhada por inúmeros indivíduos. Detendo-se sobre a obra de Levi, o mesmo Todorov (2017, p. 389) distingue um percurso nos textos do autor que, se de início escrevia para reintegrar-se à sociedade e à comunidade humana, aos poucos vai deslocando seu interesse para os responsáveis por tudo o que Auschwitz simbolizou, desde os guardas à população inerte, caminho que considera perigoso para a manutenção da sanidade do antigo prisioneiro.

Conhecemos suas conclusões: por um lado, não são monstros, mas pessoas ordinárias; por outro, o povo inteiro e não somente este ou aquele indivíduo particularmente ativo, é culpado – não pelo próprio extermínio, mas pela cumplicidade silenciosa e pela covardia. [...] A conclusão que falta a esse silogismo poderia ser: se os outros são como eu, e são culpados, será que o sou também? [...] Conclusão absurda, é claro, dedução insustentável, mas será que nosso inconsciente não favoriza precisamente esse gênero de erro? (TODOROV, 2017, p. 389)

Segundo Bettelheim (1989, p. 278), o sobrevivente “sabe muito bem que não é culpado”, mas há algo na sua constituição de homem que exige que ele se considere como tal. Se a sobrevivência é uma consequência não pretendida dos campos de extermínio, seu caráter de exceção a faz ser sempre marcada pela sensação de remorso, colocando a vítima no mesmo grupo nebuloso e de difícil delimitação em que se encontram os assassinos. Para Todorov (2017, p. 390) foi a adoção desse pensamento a responsável por fazer com que Primo Levi, de forma simbólica, realizasse em si o desejo do *Lager* de destruí-lo. Lucíola Macêdo, numa perspectiva psicanalítica, defende que

[sob] o véu do silêncio, havia escondido o seu tormento mais secreto, aquele que só quatro décadas após os acontecimentos começara a se reinfiltar, escapulindo do recipiente no qual estava trancado: a pena, a memória da qual o escritor lutava para libertar-se, seria a de uma presumida culpa, e não aquela do mal sofrido. (MACÊDO, 2014, p. 284)

Em 11 de abril de 1987, Primo Levi sofre um acidente doméstico, na escada de sua residência, em Turim, o que a maioria de seus biógrafos relaciona a

²⁴ Versos do mesmo poema da nota anterior.

um suicídio. Poucos anos antes, Levi havia publicado o único livro que considerava propriamente um romance, “*Se não agora, quando?*”. Nele, uma das personagens que sobrevive a Auschwitz enuncia a angústia dos sobreviventes:

[...] resisti, mas nem sei por quê; talvez porque amasse a vida mais que elas, ou porque acreditasse que a vida tinha um sentido. É estranho: era mais fácil acreditar nisso lá do que aqui. No Lager ninguém se suicidava. Não havia tempo, havia outras coisas em que se pensar. [...] Aqui há tempo, e as pessoas se suicidam. Até por vergonha. [...] É difícil explicar. É a impressão de que os outros morreram em seu lugar; de estar vivo gratuitamente, por um privilégio que você não mereceu, por uma injustiça que você cometeu contra os mortos. Estar vivo não é uma culpa, mas nós sentimos como uma culpa. (LEVI, 1999, p. 259)

Levi, que escreveu tanto e sobre diversos aspectos de si e de sua experiência, não deixou registros explícitos que servissem de documento a favor da hipótese de um suicídio, mas suas linhas apresentam, cada vez mais e com maior intensidade ao longo dos anos, um sujeito profundamente pesaroso em relação à sua condição de sobrevivente. Aquele que, de início, encontrava na narrativa uma forma de levar ao mundo os horrores da *Shoah*, o que pode ter abafado a voz acusatória por um tempo, enquanto ele se esforçava para impedir o retorno nazista, depois de muito dizer – e talvez não crendo mais no poder de suas palavras – silencia.

Vozes mudas desde sempre, ou de ontem, ou recém-extintas,
Se apurar o ouvido ainda vai notar seu eco.
Vozes roucas de quem já não sabe falar,
Vozes que falam e já não sabem dizer,
Vozes que creem dizer,
Vozes que dizem e não se fazem entender [...]
Digo a vocês, companheiros de farras
Embriagados como eu de palavras
Palavras-espada e palavras-veneno
Palavras-chave e gazua
Palavras-sal, máscara e nepente.
O lugar aonde vamos é silencioso
Ou surdo. É o limbo dos solitários e surdos.
A última etapa deve percorrê-la surdo.
A última etapa deve percorrê-la só.²⁵
(LEVI, 2019a, p. 81)

Esse poema, publicado em 1981, já dá pistas da exaustão da testemunha, que percebe, aos poucos, que suas palavras já não se mostram tão potentes. O caminho adiante é o do silêncio surdo e solitário. Seria o silêncio da morte? Bettelheim defende a existência de um significado profundo e de difícil compreensão na vida e que o sentimento de culpa dos sobreviventes “é uma parte

²⁵ Versos do poema *Vozes (Voci)*, na tradução de Maurício Santana Dias.

muito importante deste significado – testemunho de uma humanidade que nem mesmo a abominação do campo de concentração pôde destruir” (BETTELHEIM, 1989, p. 292). No título do primeiro livro de Primo Levi, a pergunta chave, *É isto um homem?*, pode ser interpretada tanto em relação à situação dos carrascos quanto à das vítimas, mas, quarenta anos depois, poderia ser transformada em afirmação, para, aos moldes de Bettelheim, responder às angústias que constituíam o sobrevivente: você se culpa, Primo Levi, justamente porque é, sim, um homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida de Primo Levi foi marcada pela violência do campo de extermínio, cúmulo da crueldade do regime nazista. A saída que o permitiu conviver com o trauma foi a escrita, ofício que, enquanto era conciliado com as tarefas de sua formação original como químico, foi se desenvolvendo e tornou-se, anos depois, sua principal ocupação. A partir das obras de Levi, é possível ter uma mínima noção do que foi a experiência em Auschwitz e traçar um percurso que possibilite entender como funcionava o mecanismo de execução nazista.

Os campos de concentração e extermínio, enquanto sujeitavam os prisioneiros às mais diversas, constantes e arbitrárias formas de violência, destruíam nos indivíduos sua capacidade de resistência e, progressivamente, tinham sob seu domínio uma massa de indivíduos que não eram considerados dignos de qualquer respeito humano por parte dos que estavam sob a orientação do regime nazista. O que se mostrou mais cruel e, em certa medida, eficiente, porém, foi que os prisioneiros, por não se enxergarem como homens, tornavam-se alvos ainda mais fáceis da destruição pretendida e chegavam ao extremo do absurdo de serem usados como carrascos na engrenagem da destruição de seus semelhantes.

Resistir a essa aniquilação era uma tarefa difícil, mas alguns prisioneiros encontraram caminhos que os permitiram sobreviver um dia a mais. Alguns, cedendo à violência e à opressão, buscaram formas de penetrar na estrutura, ainda que o custo fosse a traição aos seus companheiros. Outros, no entanto, viam, na esperança de reencontrar a família, de vingar-se da tortura ou de anunciar ao mundo o horror, motivos que os ajudavam a resistir. Há aqueles, ainda, que, sobrevivendo ao *Lager*, viram tal feito como um golpe de sorte imerecido, casual ou injustificável. Desse último grupo faz parte Primo Levi.

Assim que saiu de Auschwitz, Levi se pôs a narrar o que viveu, numa tentativa de denunciar o mal perpetrado, mas, principalmente, de desafogar-se daquilo que o sufocava. Assim constituiu sua literatura, monumento e testemunho da aniquilação humana. Os anos passaram e a voz potente cedeu lugar a uma angústia que, não rechaçada por completo, estava sugerida em suas linhas: estar vivo no lugar de outro e, portanto, ser culpado pela morte de alguém. As teorias sobre a culpa do sobrevivente não foram suficientes para espantar de Primo Levi a consciência de que cada um que saiu com vida de um campo de concentração o fez

porque um companheiro morreu e não ele. Apesar de saber ser inocente em relação ao mal cometido, não consegue se colocar totalmente fora da zona cinzenta criada pelo regime nazista. Essa angústia, aliada a problemas pessoais e de saúde, antecedeu sua morte, que é entendida pela maioria de seus biógrafos como um suicídio.

As causas de um suicídio são muitas e quase sempre podem ser respondidas apenas pelo próprio sujeito. Ainda que atormentado pela culpa, Levi certamente sabia que suas ações no *Lager*, mesmo quando pareciam egoístas, eram motivadas por condições extremas, que eliminavam qualquer possibilidade de julgamento por parte de quem não as viveu. Suas reflexões, inclusive, são sinal de que a distância que se impõe entre qualquer prisioneiro sobrevivente e um nazista é tão grande que não deve ser posta em questão. Nesse sentido, é possível afirmar que, mantendo sua integridade moral, continuou humano e resistiu à destruição pretendida pelo campo de extermínio. Paradoxalmente, é essa mesma humanidade a responsável por angustia-lo.

Depois de anos testemunhando o horror, Primo Levi silenciou-se. Seus motivos cabem a ele. Deixando como legado uma obra indispensável à história do século XX, Levi cumpre o adágio que registrou em versos: “*Ad ogni opera nata muori un pouco*”²⁶. Tendo escrito tanto, é hora de descansar.

²⁶ Verso final do poema *L'opera*, na tradução de Maurício Santana Dias: “a cada obra que nasce você morre um pouco” (LEVI, 2019a, p. 93).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. *In*: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119-138.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**: Inferno. Tradução Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 2014.
- ANTELME, Robert. **A espécie humana**. Tradução Maria de Fátima Oliva do Coutto. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BETTELHEIM, Bruno. **Sobrevivência e outros estudos**. Tradução Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- FERRERO, Ernesto. Biografia. **Centro internazionali di studi Primo Levi**, Torino, 2021. Disponível em: <https://www.primolevi.it/it/biografia>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- FRIEDLÄNDER, Saul. **A Alemanha nazista e os judeus**: os anos da perseguição, 1933-1939. Tradução Fany Kon *et al.* São Paulo: Perspectiva, 2012. v. 1.
- FRIEDLÄNDER, Saul. **A Alemanha nazista e os judeus**: os anos do extermínio, 1939-1945. Tradução Fany Kon *et al.* São Paulo: Perspectiva, 2012. v. 2.
- HILBERG, Raul. **A destruição dos judeus europeus**. Tradução Carolina Barcellos *et al.* Barueri: Amarelly, 2016. v. 2.
- KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- LEVI, Primo. **A assimetria e a vida**: artigos e ensaios (1955-1987). Organização de Marco Belpoliti. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2016a.
- LEVI, Primo. **A trégua**. Tradução Marco Lucchesi. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- LEVI, Primo. **Assim foi Auschwitz**: testemunhos 1945-1986, com Leonardo de Benedetti. Organização de Fabio Levi e Domenico Scarpa. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEVI, Primo. **Conversazioni e interviste**. Cura de Marco Belpoliti. Torino: Einaudi, 1997. *E-book*.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. **Mil sóis**: poemas escolhidos. Tradução Maurício Santana Dias. São Paulo: Todavia, 2019a.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016b.

LEVI, Primo. **Se não agora, quando?** Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEVI, Primo. **Se questo è un uomo**. 22. ed. Torino: Einaudi, 2019b.

MACÊDO, Lucíola F. **Primo Levi**: a escrita do trauma. Rio de Janeiro: Subversos, 2014.

SAUL fia [O filho de Saul]. Direção: László Nemes. Hungria, 2015. 107 minutos.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Introdução; Apresentação da questão. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, Literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 7-58.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, Literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 375-390.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho para além do falocentrismo: pensando um outro paradigma. *In*: SCHWEIDSON, Edelyn (org.). **Memória e cinzas**: vozes do silêncio. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 47-82.

SQUAROTTI, Giorgio Bárberi. O *Novecento*. *In*: SQUAROTTI, Giorgio Bárberi (org.). **Literatura italiana**: linhas, problemas, autores. Tradução Nilson C. M. Louzada, Maria Betânia Amoroso, Neide L. de Rezende. São Paulo: Nova Stella: Instituto de Cultura Ítalo-Brasileiro: Edusp, 1989. p. 469-605.

TODOROV, Tzvetan. **Diante do extremo**. Tradução Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**. Tradução Joana Angélica D’Avila Melo. São Paulo: Arx, 2002.

TRAIN de vie [Trem da vida]. Direção: Radu Mihaileanu. Romênia/França, 1998. 103 minutos.

WIESEL, Elie. **A noite**. Tradução Irene Ernest Dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.